

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO GEOCIÊNCIAS
CURSO GEOGRAFIA

João Vitor Sandri Coelho

Neoliberalismo e Reestruturação Produtiva no México: O caso da Indústria Maquiladora
do Setor Automobilístico

Florianópolis

2020

João Vitor Sandri Coelho

**Neoliberalismo e Reestruturação Produtiva no México: O caso da Indústria Maquiladora
do Setor Automobilístico**

Trabalho Conclusão do Curso de Graduação em Geografia do Centro de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Santa Catarina como requisito para a obtenção do título de Bacharel em Geografia
Orientador: Prof. José Messias Bastos, Dr.

Florianópolis

2020

Ficha de identificação da obra

Coelho, João Vitor Sandri
Neoliberalismo e Reestruturação Produtiva no México : O
caso da Indústria Maquiladora do Setor Automobilístico /
João Vitor Sandri Coelho ; orientador, José Messias
Bastos, 2020.
58 p.

Trabalho de Conclusão de Curso (graduação) -
Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de
Filosofia e Ciências Humanas, Graduação em Geografia,
Florianópolis, 2020.

Inclui referências.

1. Geografia. 2. Indústria automobilística. 3. México.
4. Neoliberalismo. 5. Maquiladoras. I. Bastos, José
Messias . II. Universidade Federal de Santa Catarina.
Graduação em Geografia. III. Título.

João Vitor Sandri Coelho

Neoliberalismo e Reestruturação Produtiva no México: O caso da Indústria Maquiladora do Setor Automobilístico

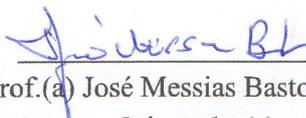
Este Trabalho Conclusão de Curso foi julgado adequado para obtenção do Título de bacharel e aprovado em sua forma final pelo Curso Geografia

Local, 17 de fevereiro de 2020.

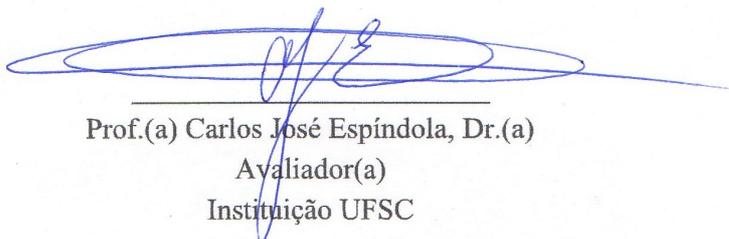


Prof. Maria Helena, Dr.
Coordenador do Curso

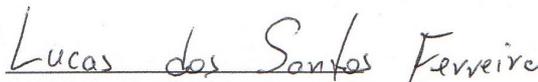
Banca Examinadora:



Prof.(a) José Messias Bastos, Dr.(a)
Orientador(a)
Instituição UFSC



Prof.(a) Carlos José Espíndola, Dr.(a)
Avaliador(a)
Instituição UFSC



Prof.(a) Lucas dos Santos Ferreira, Dr.(a)
Avaliador(a)
Instituição externo

Este trabalho é dedicado aos meus amigos, aos meus familiares, aos meus queridos pais e a todo o povo latino-americano.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente aos meus pais. À minha mãe, por ser sempre quem me acompanhou e incentivou em todas as minhas escolhas e empreitadas, estando ao meu lado em todos os momentos. Ao meu pai por, mesmo distante, me apoiar no caminho que trilhei.

Ao meu mestre e amigo José Messias Bastos, que me apontou o caminho da geografia com dedicação e paciência. Um companheiro que não abandona a trincheira.

Ao professor e amigo Marcos Aurélio da Silva, me ajudando na compreensão de temas complexos com sofisticação.

À minha família, Neusa, Adilson, Renata, Graziela, Pablo, Bernardo e Beatriz. Aos meus queridos irmãos Carol, Hudson e Pedro.

Aos meus companheiros de LABEUR, Edson Machado, Karine Domingos, Fernando Soares, João Leopoldo, Yuri Perotto, Rafaella Saraiva, Gabriele Ramos e João Victor Ramos.

Agradeço também aos meus amigos da geografia que guardo no peito, Mateus Engel, Hugo Freitas, Rafael Elias, Lucas Frago, Clara Niehues, Felipe Terra e Tayná Machado.

Aos meus amigos do Aplicação para a vida, Daniel Baron, Lucas Muller, Nicollas Souza, Vitor Santos, Júlia Nalon, Thayná Lacerda, Marina Escadolar, Matheus Moreira, Rai Dietrich, Stephanie Garcia, Mateus Alencar, Igor Régis, Luan Alves e Carol Gomes.

Por fim, devo tudo à UFSC, uma instituição que é e sempre deve ser pública, gratuita e de qualidade. Graças à ela nasci (HU-UFSC), me formei na educação infantil (NDI-UFSC), no ensino fundamental e médio (Colégio de Aplicação-UFSC), na graduação e futuramente na pós-graduação, a qual já estou iniciando.

“A superação de todo comportamento doutrinário e a disponibilidade de se confrontar com o próprio tempo e de filosofar ao invés de profetizar são a condição necessária para que o marxismo possa renascer e se desenvolver no Ocidente”. (LOSURDO, 2018)

RESUMO

Através de uma leitura dialética da realidade e de sua indissociabilidade entre o universal e o particular, busca-se interpretar a estruturação da indústria automobilística no México a partir de sua inserção no movimento global de reestruturação neoliberal, que hegemonizou-se no mundo sobretudo a partir da década de 1980. Para tanto, utilizou-se como fundamentação teórico-metodológica o paradigma interpretativo de formação socioespacial (M. Santos) associado a teoria da dualidade básica (I. Rangel). Os principais resultados apontam para um desenvolvimento geograficamente desigual em que as indústrias deste setor se concentraram nas regiões setentrionais do país, próximas à fronteira norte, com forte participação de capital estadunidense em sua estruturação. Bem como surge um polo automobilístico em Ciudad Juárez responsável, dentre outras coisas, pela instalação do primeiro centro de pesquisa e desenvolvimento de autopeças de todo o país.

Palavras-chave: Dialética. Reestruturação neoliberal. Indústria automobilística.

ABSTRACT

Through a dialectical reading of reality and its inseparability between the universal and the particular, we seek to interpret the structuring of the auto industry in Mexico from its insertion in the global neoliberal restructuring movement, which has become hegemonized in the world, especially since from the 1980s. For this purpose, the interpretative paradigm of socio-spatial formation (M. Santos) associated with the theory of basic duality (I. Rangel) was used as a theoretical-methodological foundation. The main results point to a geographically uneven development in which the industries of this sector were concentrated in the northern regions of the country, close to the northern border, with a strong participation of American capital in its structuring. As well as an automobile hub in Ciudad Juárez, responsible for, among other things, the installation of the first auto parts research and development center in the whole country.

Keywords: Dialectic. Neoliberal restructuring. Auto Industry.

LISTA DE MAPAS

Mapa 1 – Distribuição do investimento direto dos Estados Unidos no setor automobilístico do México, 1999-2019-3T	44
--	----

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Balança comercial mexicana 1988-1994	40
Gráfico 2 – IED acumulado por setor de destino 1999-2019	47
Gráfico 3 – IED acumulado das diferentes indústrias do setor manufatureiro 1999-2019	48
Gráfico 4 – IED no setor automobilístico 1999-2019 (bilhões) – Comparação EUA/Países Restantes	49

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Relação insumos nacionais/importados das indústrias maquiladoras 1990-2006 %	42
Tabela 2 – IED acumulado por país de origem 1980-2018	46

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

EUA Estados Unidos da América

IED Investimento Estrangeiro Direto

CEPAL Comissão Econômica para a América Latina e Caribe

PEMEX Petróleos Mexicanos

NAFTA North American Free Trade Agreement (Tratado Norte-Americano de Livre Comércio)

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	15
2	FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICO-METODOLÓGICA	18
2.1	O PARADIGMA INTERPRETATIVO DE FORMAÇÃO SÓCIO-ESPACIAL	18
2.2	A TEORIA DA DUALIDADE BÁSICA	19
3	A FORMAÇÃO SÓCIO-ESPACIAL DO MÉXICO: DA COLONIZAÇÃO À FORMAÇÃO E CONSOLIDAÇÃO DO ESTADO-NAÇÃO	23
4	DO NACIONAL-DESENVOLVIMENTISMO AO NEOLIBERALISMO	30
4.1	O <i>PORFIRIATO</i> E A REVOLUÇÃO CAMPONESA DE 1910	30
4.2	O CARDENISMO E A ASCENSÃO DO CAPITALISMO NO MÉXICO	32
4.3	A GEOPOLÍTICA DA CRISE E O CHOQUE NEOLIBERAL	36
5	A REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA DO SETOR AUTOMOBILÍSTICO	41
5.1	A REORIENTAÇÃO DO SETOR E SEU DESENVOLVIMENTO DESIGUAL	41
5.2	A PRESENÇA ESTADUNIDENSE	45
5.3	CIUDAD JUÁREZ E O POLO AUTOMOBILÍSTICO	48
6.	CONCLUSÃO	52
	REFERÊNCIAS	56

1 INTRODUÇÃO

Em vista das atuais tendências científicas de análise fragmentada e subjetiva da realidade, cujo enfoque se centraliza no fenômeno de forma isolada e desconectada da totalidade social, pretende-se com este trabalho resgatar a tradição marxista-leninista de investigação das realidades nacionais a partir da objetividade material historicamente produzida.

Através de uma leitura dialética da realidade e de sua indissociabilidade entre o universal e o particular, busca-se interpretar a estruturação da indústria automobilística no México a partir de sua inserção no movimento global de reestruturação neoliberal, que hegemonizou-se no mundo sobretudo a partir da década de 1980. Para tanto, utilizou-se como fundamentação teórico-metodológica o paradigma interpretativo de formação socioespacial (M. Santos) associado a teoria da dualidade básica (I. Rangel).

O presente trabalho possui quatro capítulos, para além da introdução e da conclusão. No segundo capítulo, aborda-se os instrumentais teóricos que possibilitaram a leitura da realidade mexicana. A categoria marxista de formação socioespacial foi uma ferramenta que permitiu avaliar a combinação de diferentes modos de produção numa mesma localidade. No entanto, é através da teoria da dualidade básica que podemos avançar na compreensão na natureza desta combinação quando se trata de uma formação socioespacial periférica e latino-americana.

O terceiro capítulo objetiva introduzir de forma breve e geral o início da formação social mexicana e a formação/consolidação de seu Estado-nação. Durante este período temos o domínio do capital mercantil espanhol associado ao seu Estado feudal sob as forças produtivas internas mexicanas em situação colonial. O posterior deslocamento do centro dinâmico do sistema capitalista dos representantes do capitalismo mercantil — Espanha e Portugal — para o nascente capitalismo industrial inglês, gera a onda de insurreições que atinge o continente latino-americano como um todo e o México em particular, culminando em sua independência em 1821.

O quarto capítulo aborda a transição do período histórico alinhado com o que se poderia chamar de ideário nacional-desenvolvimentista para o neoliberal. Na virada do século

XIX para o século XX, o capitalismo inicia sua fase monopolista ou imperialista, quando bancos e indústrias se fundem, formando o capital financeiro (LENIN, 2012). Com a profunda financeirização da economia e a forte tendência de superprodução e subconsumo, o capitalismo acaba por cair na mais severa crise de sua história, em 1929. A crise de 1929 provoca uma intensa queda nas importações européias e estadunidenses, o que faz com que, na América Latina, as classes agroexportadoras, ligadas ao decadente capital inglês, se enfraqueçam, dando lugar aos latifundiários e industriais ligados ao mercado interno e ao desenvolvimento endógeno, com o apoio financeiro norte-americano, que estava em ascensão (MAMIGONIAN, 2000, p. 2). Neste período, os Estados incorporaram um papel de fomento à indústria nacional como, por exemplo, Getúlio Vargas, no Brasil, Juan Domingos Perón, na Argentina e Lázaro Cárdenas, no México.

No entanto, também após a crise de 1929, os EUA viveram um intenso processo de concentração e centralização do capital que culminou na oligopolização e perda de dinamismo de sua economia. Paralelamente, o Japão com o novo sistema toyotista, fomentou um ambiente altamente concorrencial com seu mercado interno pequeno e disputado por inúmeras empresas. A consequência deste cenário foi a gradual queda dos EUA e ascensão do Japão como produtor mundial, fazendo com que “de 1960 a 1980 os EUA tornaram-se grandes importadores daquilo que antes produziam e exportavam” (MAMIGONIAN, 2018, p. 183). A crise do petróleo, em 1973, agravava ainda mais esta situação¹, desencadeando uma reação estadunidense com forte caráter imperialista quando R. Reagan chega ao poder, gerando a chamada crise da dívida, que atingiu a América Latina como um todo e consistiu no aumento exponencial da taxa de juros pela política monetarista de Paul Volcker, presidente do banco central estadunidense da época, visando o pagamento voraz dos juros das dívidas externas e a abertura dos mercados internos, favorecendo as empresas industriais e de serviços do centro do sistema, sobretudo norte-americanas. Com isso, a onda nacional-desenvolvimentista latino-americana é derrotada, através de um estrangulamento comercial e financeiro, abrindo-se portas ao neoliberalismo no continente. No México, esta reação neoliberal se expressou através da instalação de plantas industriais majoritariamente estadunidenses e de caráter *labour intensive*, dando origem às “maquiladoras”, calcada na exploração de

¹ “A invasão dos automóveis japoneses foi se acelerando e criou uma condição insustentável para a indústria automobilística dos EUA e da Europa, ameaçadas de destruição pura e simples após 1973-74” (MAMIGONIAN, 2018, p. 182).

mão-de-obra barata. Um dos principais setores a participar desta política foi o automobilístico, e é a sua estruturação inserida no movimento global de reestruturação produtiva neoliberal que tratará o quinto e último capítulo deste trabalho.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICO-METODOLÓGICA

Para a realização deste trabalho utilizou-se como fundamentação teórico-metodológica o paradigma interpretativo de formação socioespacial (M. Santos) associado a teoria da dualidade básica (I. Rangel), que serão abordados nas seguintes subseções.

2.1 O PARADIGMA INTERPRETATIVO DE FORMAÇÃO SÓCIO-ESPACIAL

A categoria de formação sócio-espacial se constitui como um derivado da categoria marxiana de formação social, da qual foi amplamente aprofundada por Lenin em sua análise sobre a Rússia, em *O Desenvolvimento do capitalismo na Rússia*. Por meio da análise da evolução histórica de diversos países e regiões, K. Marx observou a existência de leis de desenvolvimento comuns a todos eles. Destacando as relações de produção (relação homem - homem) e as forças produtivas (relação homem - natureza)², o intelectual alemão caracterizou os modos de produção comunistas primitivos, escravistas, feudais, capitalistas e socialistas.

Como o acontecer no espaço não se dá de forma homogênea, impõe-se a noção de escala, isto é, de fração do espaço dentro do espaço total. Isto não quer dizer que o acontecer em um lugar é indiferente ao acontecer em um outro lugar, justamente porque, qualquer que seja este acontecer, ele sempre será produto do movimento da sociedade total (SANTOS, 2012, p. 218). Conforme Santos:

O espaço total e o espaço local são aspectos de uma única e mesma realidade — a realidade total — à imagem do *universal* e dos *particulares*. A sociedade global e o espaço global se transformam através do tempo, num movimento que, embora interessado igualmente às diversas frações da sociedade e do espaço, é o resultado da interação entre sociedade global e espaço global e de suas diversas frações” (SANTOS, 2012, p. 208).

A ideia de totalidade é central, bem como a necessidade de sua cisão para que não caiamos no erro da análise do todo pelo todo. Deste modo, a totalização universal, que é dada

² É através do “materialismo histórico enquanto teoria que considera simultaneamente a relação do homem com a natureza e a relação do homem com o homem” que o marxismo possibilitou à geografia a superação da antinomia sociedade/natureza, uma vez que “[...] a história é um processo de desnaturalização em que o homem, ao transformar a natureza, transforma-se, e que, independente do modo ou forma como os homens produzem seus meios de vida, existe e existirá sempre um intercâmbio entre o homem e a natureza. É nesse contexto que se situa a afirmação de que é pelo trabalho que o homem produz a sua existência” (PEREIRA, 2009, pp. 75-76).

pelo presente modo de produção, não pode realizar-se (no sentido de materialização ou objetivação) senão através de uma outra totalização que nos é fornecida por intermédio do conceito de formação social (SANTOS, 2012, p. 213).

Justamente porque o tempo do modo de produção é universal, a categoria de formação social busca analisar como se arranja de forma concreta os diferentes modos de produção num espaço particular em seu desenvolvimento desigual e combinado³. O modo de produção, com isso, é a possibilidade de realização, e a formação social, a possibilidade realizada.

Deste modo,

A localização dos homens, das atividades e das coisas no espaço explica-se tanto pelas necessidades externas, aquelas do modo de produção puro, quanto pelas necessidades internas, representadas essencialmente pela estrutura de todas as procuras e a estrutura de classes, isto é, a formação propriamente dita. (SANTOS, 1979, p. 14)

Entendemos que a categoria atinge maior maturidade com Milton Santos, quando se é atribuído com maior solidez o papel do espaço enquanto instância social⁴ — denominando-o de formação socioespacial⁵ —, uma vez que “todos os processos que juntos formam o modo de produção (produção propriamente dita, circulação, distribuição, consumo) são histórica e espacialmente determinados num movimento de conjunto” (SANTOS, 1979, p. 14).

2.2 A TEORIA DA DUALIDADE BÁSICA

³ “Los esquemas históricos no carecen de valor como instrumentos de investigación y bases para reunir los caracteres comunes de determinada formación social. Son, por el contrario, imprescindibles en el proceso de generalización y abstracción, pero siempre que se vea en ellos nada más que la clasificación abstracta de una realidad riquísima en matices y se tenga presente el mundo de contradicciones que hierve debajo de ellos” (PUIGGRÓS, 1965).

⁴ A característica principal que lhe atribuiria a condição de ser uma instância social seria o fato deste ser uma estrutura subordinada-subordinante, ou se preferir, uma inércia-dinâmica. Isso significa dizer que, do ponto de vista de suas qualidades funcionais, o espaço representaria o reflexo da intencionalidade da sociedade sobre ele. Porém, do ponto de vista de suas qualidades sistêmicas, o espaço seria um condicionante das demais estruturas sociais (SANTOS, 2012, pp. 180-181). O espaço, portanto, não é somente um mero palco da atividade humana, mas sim uma união dialética entre sociedade e natureza, indissociáveis entre si.

⁵ O professor Armen Mamigonian explica que: “Milton Santos, no entanto, percebeu que formação social e geografia humana não coincidem completamente, menos pelas teorias que embasam aquela categoria marxista e esta área do conhecimento acadêmico do que pela prática indispensável de localização da geografia, nem sempre usada nos estudos de formação social, daí ter proposto a categoria ‘formação socioespacial’” (MAMIGONIAN, 1996, p. 204).

No que se refere a teoria da dualidade básica, esta designa a coexistência de relações de produção próprias de diferentes modos fundamentais de produção, agrupadas em ‘pólos’ — interno e externo — em união dialética, isto é, em oposição e conflito” (RANGEL, 2005 (1978), p. 633) . Em outras palavras,

[...] a coexistência da realidade “antiga” com a “nova” — a contemporaneidade do não coetâneo, por assim dizer — não é uma simples superposição, mas uma oposição. As duas realidades reagem uma sobre a outra e se modificam mutuamente. Além disso, não constituem duas coisas separadas, mas uma realidade complexa única. Para usar a linguagem hegeliana, os contrários estão em unidade dialética. (RANGEL, 2005 (1956), p. 207)

A ideia de dualidade é comumente associada ao pensamento da CEPAL, no entanto, a dualidade rangeliana e o dualismo cepalino são radicalmente distintos. Ao analisar a crítica de Francisco de Oliveira (1988) em sua obra *A Economia Brasileira: Crítica à Razão Dualista*, endereçada ao modelo cepalino, torna-se claro que muitos dos erros cometidos por ele, não são repetidos pelo pensamento de Rangel. A natureza do dualismo cepalino diz respeito a oposição mecanicamente separada de um setor “atrasado” e um setor “moderno”. Porém, na realidade, o que acontece é “uma simbiose e uma organicidade, uma unidade de contrários, em que o chamado ‘moderno’ cresce e se alimenta da existência do ‘atrasado’” (Ibidem,p. 12). Ao fim e ao cabo, o autor citado parece se aproximar ainda mais da dualidade rangeliana quando afirma que “assim, dá-se uma primeira ‘especificidade particular’ do modelo brasileiro, pois, ao contrário do ‘clássico’ sua progressão não requer a destruição completa do antigo modo de acumulação” (Ibidem, p. 41), explicitando a existência de diferentes modos de produção numa mesma formação social, assim como I. Rangel. Da mesma forma acontece com a crítica feita por M. Santos à perspectiva dualista, propondo a bipolaridade ao invés do dualismo, a fim de superar essa separação entre dois setores ditos antagônicos, pois “(...) esses dois setores ‘representam o funcionamento de uma só sociedade, da qual os dois pólos são parte integrante’ [...] ’esses dois pólos tendo a sua origem no curso de um mesmo processo histórico” (SANTOS, 2008, p. 55). Mais uma vez, coincide-se muito com o pensamento de Rangel, até mesmo nas nomenclaturas (pólo interno e pólo externo da dualidade básica).

Conforme aponta o historiador Eric Hobsbawm para a necessidade de distinção entre o processo de conexão da periferia com o sistema capitalista e a criação de estruturas

econômicas características do capitalismo moderno (HOBSBAWM, 2017, p. 106), visto que o primeiro não suscitou necessariamente o surgimento imediato do segundo, torna-se necessário o rompimento com perspectivas circulacionistas para uma análise rigorosa da formação sócio-espacial pois, entendendo a fase do capitalismo comercial como um capitalismo consolidado, estas consideram capitalista “[...] qualquer país que mantenha relações comerciais na esteira do mercado mundial unificado capitalista, independente das formas de produção internas em cada país”, sendo portanto, o “suprassumo da negação do *processo* como ente histórico/filosófico e, conseqüentemente, da categoria de *modo de produção* [grifo do autor] (JABBOUR, 2012, p. 92). Consideramos que Marx já havia assinalado a solução para este problema em seu texto sobre *A assim chamada acumulação primitiva*, quando diz que:

A Idade Média havia legado duas formas distintas de capital, que amadureceram nas mais diversas formações socioeconômicas e, *antes da era do modo de produção capitalista* [grifo nosso], já valiam como capital *quand même* [em geral]: o capital usurário e o capital comercial. (MARX, 2017, p. 820)

Existe, portanto, uma confusão entre economia mercantil e capitalismo. Isso se dá pois o capitalismo pressupõe uma economia mercantil, mas nem todas as economias mercantis são capitalistas, uma vez que o modo de produção capitalista se inicia quando esta economia mercantil se encontra em sua etapa de desenvolvimento em que torna-se mercadoria até mesmo a força de trabalho (PUIGGRÓS, 1965).

Para fugir da errônea interpretação circulacionista, I. Rangel subdivide a categoria de relação de produção para as relações de produção *interna* e *externa*. Deste modo,

[...] queremos dizer que a fazenda de escravos estava sujeita a duas ordens de leis: as do escravismo e as do capitalismo, e podemos passar a uma observação da máxima importância, porque comum a todas as fases de evolução brasileira, isto é: que essas duas ordens de leis governam, respectivamente, as relações internas e externas da economia. Assim, não basta dizer que o latifúndio é uma economia mista, feudal-capitalista, mas é necessário compreender que é *internamente* feudal e *externamente* capitalista [grifo do autor]. (RANGEL, 2005 (1957), p. 297)

Portanto, evidencia-se a potencialidade interpretativa da teoria da dualidade, na medida em que realiza o princípio mais elementar da análise da formação socioespacial, isto é, a articulação entre diferentes modos de produção combinados em uma unidade de contrários, de forma a superar as perspectivas circulacionistas, que atribuem foco central nas externalidades⁶, através de uma análise que engendra tanto a esfera da produção quanto da circulação. Bem como supera os modelos cepalinos que se atém a visão pouco dialética da contínua reprodução do arcaico em antagonismo ao moderno, e explicita a progressividade da história sob a especificidade de um desenvolvimento desigual e combinado da periferia do sistema capitalista.

⁶ Acerca da dialética entre fatores interno e externos, Enrique Semo aponta que: “Existen diferencias esenciales en las leyes del desarrollo de los países que se colocaron a la cabeza de la revolución capitalista desde los siglos XVI-XIX y los que quedaron reducidos a la dependencia. Una de ellas reside en la dialéctica de factores endógenos y exógenos. En los centros del desarrollo capitalista, los factores internos son los más dinámicos y los que determinan la transformación de todo el sistema. En los países dependientes, en cambio, no sucede así. El desarrollo interno se posterga al del sistema capitalista internacional y con frecuencia se supedita a su evolución. *Sin embargo, en el primero como en el segundo de los casos, el desarrollo es siempre resultado de la dialéctica de los factores endógenos y los exógenos; ninguno de ellos por separado puede explicar el desarrollo.* En el estudio de las formaciones socioeconómicas concretas sólo podemos atenernos al análisis de *todos* los factores históricos y las relaciones cambiantes entre ellos. Cualquier enfoque unilateral lleva inevitablemente a la esquematización y el dogma”[grifos do autor] (SEMO, 1987, pp. 17-18).

3 A FORMAÇÃO SÓCIO-ESPACIAL DO MÉXICO: DA COLONIZAÇÃO À FORMAÇÃO E CONSOLIDAÇÃO DO ESTADO-NAÇÃO

Para se compreender como se efetivou a colonização espanhola no México, torna-se mister esclarecer primeiro a estrutura econômica e social originária, calcada na civilização maia, tarasco, tlaxcaltecas e, sobretudo, asteca.

Apesar de não estar ainda desenvolvida a propriedade da terra nesse período sob o modo de produção asiático, o excedente produtivo era extraído através de tributos que iam parar nas mãos do Estado e de seus representantes, no sistema que Enrique Semo chama de despotismo tributário. Especificamente nos domínios astecas, a maior parte das terras eram propriedade do Estado e, através dele, organizavam-se unidades sociais chamadas de *calpulli*. Estes eram antes de tudo uma comunidade de pessoas que viviam juntas e que tinham a sua disposição terras comunais que não pertenciam individualmente a nenhum dos membros. A maior parte dos tributos provinham dos povos vencidos, mas os *calpullis* astecas tributavam também, sendo de acordo com sua produção excedente. Os mais prósperos, portanto, eram mais tributados do que os menos prósperos. Importante assinalar que estes tributos se davam em espécie e em trabalho (SEMO, 1987, pp. 60-63).

Os membros da classe dominante asteca viviam fora do *calpulli*, estavam livres de tributos e da jurisdição dos tribunais judiciais e seus filhos estudavam em escolas especiais. Seus privilégios eram todos atributos de suas funções. As terras que eram concedidas às classes dominantes em razão de sua função adquiriam um caráter mais definido de propriedade privada embrionária. O nobre podia vender a terra sempre e quando fosse para outro nobre, e em suas propriedade se assentavam camponeses que não pertenciam ao *calpulli*, prestando tributos ao nobre em troca do pedaço de terra (SEMO, 1987, p. 64).

Com a conquista espanhola, tem-se uma certa continuação de elementos tributários da sociedade pré-colombiana⁷, uma vez que

⁷ A despeito desta relativa continuação do sistema tributário, Semo aponta para uma característica que distingue o tributo próprio do despotismo tributário asteca do espanhol: “Mientras que el primero era consumida directamente por las clases dominantes de la sociedad india, la Corona española — poder colonial — tenía que convertir la mayor parte de los productos recolectados en mercancías para exportar el excedente de las comunidades. Esta metamorfosis del tributo en mercancías es la expresión del nuevo status del sector despótico-tributario que pasó a ser de modo de producción dominante a modo de producción subordinado, integrado en un sistema económico mucho más evolucionado” (SEMO, 1987, p. 88).

La visión de un imperio basado en el tributo de innumerables comunidades, pueblos, villas y ciudades independientes en su régimen interno pero incondicionalmente sometidas al poder central, dimana de la esencia misma del Estado español, tal y como éste era en los siglos XVI y XVII. (SEMO, 1987, p. 65)

Conforme Chaunu, “para o índio dos Andes ou do Império Asteca, o regime colonial significou apenas uma mudança de senhor”, uma vez que “a propriedade feudal, que existia ainda na Europa no século XV, foi *transplantada* para as índias. [grifo nosso] (CHAUNU, 1979, p. 46). Deste modo, “ao entrar em contato com o vasto universo subdesenvolvido — ou melhor, pré-desenvolvido — a Europa o fez pelo seu lado externo, comunicando-lhe sua natureza feudal, tanto pelo seu aspecto econômico, como pelo jurídico”.⁸ (RANGEL, 2005 (1981), p. 655). Em outras palavras, “a través de los lazos coloniales, España transmitirá a América las instituciones feudales, el capitalismo embrionario y sobre todo, el ciclo peculiar de su breve florecimiento y su larga descomposición” (SEMO, 1987, p. 128).

Durante os séculos XVI e XVII, a Europa viu se formar, no seio de sua sociedade feudal, elementos do que futuramente identificaria como sendo a fase do capitalismo comercial ou mercantil, isto é, o período de transição do feudalismo para o capitalismo, onde coexistem elementos feudais com elementos capitalistas, representados pela expansão comercial e pelas pilhagens coloniais⁹. Durante este período o capital comercial incorporou o papel de articulador entre o centro e a periferia, e assim as formações sócio-espaciais periféricas eram compostas de dois setores: o capital mercantil europeu presente na colônia e na metrópole e as estruturas produtivas internas que sozinhas não conseguiam definir um modo de produção (MAMIGONIAN, 2000, pp. 23-24). Este conjunto de dois setores

⁸ Segundo Semo: “Los conceptos *colonia* o *factoría* no aparecen en la legislación española de los siglos XVI y XVII, porque la casa reinante consideraba sus inmensas posesiones americanas como nuevos reinos o repúblicas tributarias que venían a agregarse a la constelación de las ya existentes en España y fuera de ella y no como objetos de explotación colonial por la nación española. En empresas coloniales ligadas a un capitalismo más desarrollado, el Estado actuó como defensor y policía de los intereses de comerciantes, banqueros o manufactureros; la Corona española, en cambio, conquistó para sí misma”. (SEMO, 1987, pp. 66-7).

⁹ Conforme I. Rangel, “ao ser descoberta a América, o modo de produção característico da Europa era uma *dualidade*: no seio de uma sociedade feudal, haviam-se desenvolvido fulcros de capitalismo. Era este, mesmo em seu estágio inicial de desenvolvimento — o capitalismo mercantil —, que imprimia ao sistema o prodigioso dinamismo, sua virtual ferocidade, tão bem retratados em *Os Lusíadas*, mas era o feudalismo que entrava com a carapaça externa, o enquadramento jurídico externo ao mesmo sistema. [grifos do autor] (RANGEL, 2005 (1981), p. 655). Sobre a coexistência de diferentes modos de produção na formação social espanhola da época, Semo afirma que: “En España se dio el caso típico del brote de capitalismo temprano que no logra romper las trabas feudales y se adapta a ellas o mejor dicho se integra a ellas. El fracaso marcó el principio de una larga descomposición. Después de los intentos de 1812, 1820, 1835, 1854, la revolución democrática burguesa no había triunfado aún y en pleno siglo XX las trabas constituidas por esa estructura no habían sido totalmente superadas” (SEMO, 1987, p. 128).

econômicos constituem “formações complexas, que combinam dialeticamente várias estruturas elementares” (RANGEL, 1968, p. 7).

Evidenciando o caráter feudal dos Estados colonizadores ibéricos¹⁰, não é de se surpreender que o “o próprio desenvolvimento do capitalismo em escala mundial gerou ou regenerou em vários lugares e em vários momentos relações sociais dependentes que não são capitalistas” (HOBSBAWM, 2017, p. 106), isto é, a América Latina fora organizada sob um enquadramento jurídico e econômico próprio do feudalismo¹¹ na medida em que “ação individual, que serviu de base à ocupação dos territórios americanos, realizou-se dentro de um quadro contratual estritamente delimitado pelo Estado espanhol e português” (FURTADO, 1978, p. 18). Deste modo, prevaleceu “o princípio de que as terras somente seriam concedidas àqueles que dispusessem de meios para explorá-las de forma a produzir um excedente monetizável a ser parcialmente transferido para a Corôa”¹² (Ibidem, p. 79).

Uma notável diferença entre a América espanhola e a portuguesa é a fragmentação política da primeira em detrimento da unidade da segunda¹³. Como consequência, a América espanhola fora organizada sob a forma de quatro vice-reinos: Vice-reino da Nova Espanha, no qual insere-se o atual México; Vice-reino de Nova Granada; Vice-reino do Peru; Vice-reino do Rio da Prata.

¹⁰ Sobre a diferença entre o sistema fiscal espanhol e inglês, Semo aponta que: “El sistema fiscal que aplicaba la corona para procurarse ingresos se regía por criterios estrictamente feudales, según los cuales toda producción o ingreso conocidos debían ser gravados. Existe un marcado contraste entre el sistema fiscal español y el inglés, que desde el siglo XVII está diseñado de acuerdo a las necesidades de las capas comerciales y manufactureras. El sistema español de aduanas y monopolios no se distinguía esencialmente del sistema de pillaje organizado de los señores feudales que gravaban desde el tránsito por los caminos, hasta la apertura de ventanas” (SEMO, 1987, p. 122).

¹¹ A partir desta constatação, se compreende com mais clareza a passagem contida na biografia de A. Von Humboldt, escrita por Andrea Wulf (2016), quando diz: “E assim como Humboldt havia afirmado em *Ensaio político sobre o reino da Nova Espanha* que os vícios do governo feudal foram transmitidos do Hemisfério Norte para o Hemisfério Sul, Bolívar agora comparava o jugo colonial sobre suas colônias a ‘uma espécie de posse feudal’” (p. 230).

¹² Conforme Semo: “La Conquista fue una empresa fundamentalmente privada; sin embargo, la Corona española no tardó en imponer su hegemonía. Derrotó todos los intentos — en la Nueva España y en el Perú — que hicieron los colonizadores de independizarse de su tutela y consolidó su posición de propietaria inmanente de las tierras, riquezas y hombres del Nuevo Mundo”. (SEMO, 1987, p. 67).

¹³ Ignácio Rangel explica que “[...] a escravidão difere essencialmente do latifúndio pelo fato de, na primeira, o ‘capital’ fundamental, aquele ao qual se subordinam todos os outros capitais, ser o escravo — um bem móvel por excelência, ou ‘semovente’, como então se dizia — e, no segundo, esse ‘capital’ essencial ser o solo, protótipo da riqueza imóvel. [...] Ora, a circulação intensa do capital cria condições propícias ao aparecimento de formas políticas *unitárias*, ao passo que a ausência dessa circulação conduz ao exclusivismo regional que, entre nós, encontrou expressão no *federalismo*” [grifos do autor] (RANGEL, 2005 (1957), p. 313). Além, é claro, do peso com que as características geográficas do local exercem, com as grandes barreiras orográficas providas dos andes dificultando a unidade territorial, diferentemente das planícies da América portuguesa.

A partir das concessões de terras pelas Coroas ibéricas aos donatários — através das *encomiendas* e *haciendas* na América espanhola; e das capitánias hereditárias e sesmarias na América portuguesa —, construía-se aquilo que se chama de anfiteatro enfiteuse. Isto é, o edifício no qual ergue-se as relações de produção feudais, onde nos patamares superiores, encontramos as relações entre o barão e o rei, relações de suserania e vassalagem; e nos patamares inferiores, relações entre o barão e o servo de gleba. Deste modo, na América espanhola

Os conquistadores e seus sucessores orientaram-se predominantemente para a agricultura, sobretudo como *encomenderos*, dos quais deviam receber os tributos que, em todos os casos, os vassallos indígenas deviam à Coroa; posteriormente, com frequência cada vez maior a partir do colapso demográfico do século XVII, passaram a ser proprietários de terras recebidas através de doação real. (DONGHI, 1974, pp. 12-13)

Neste sentido, “o *encomendero*, em razão da tutela que exercia sobre um grupo de população, passava a exercer privadamente funções de direito público, o que o colocava socialmente em posição somente comparável à do senhor feudal¹⁴” (FURTADO, 1978, p. 19).

Além das grandes fazendas latifundiárias sob a forma das *encomiendas*, o norte do México era um grande produtor de prata, em contraste ao México meridional mais voltado às atividades agropastoris. Nestas regiões mineiras instaurou-se o sistema de *mita* que, incidindo sob a população indígena, constituiu-se em um imposto pago sob a forma de força de trabalho e implicava o deslocamento dos *mitayos* a centenas de quilômetros de distância e um considerável desgaste humano (FURTADO, 1978, p. 23).

À diferença dos demais centros de crescimento da América Latina, como é o caso de Potosí (Bolívia), que se ligava diretamente às economias satélites no Chile e na Argentina, as regiões mineiras de Nova Espanha permaneciam totalmente tributárias a Cidade do México. Deste modo, fruto da posição dominante da cidade, formou-se uma classe de comerciantes com efetivo controle das transações comerciais entre a Metrópole e a região mineira do norte do México (FURTADO, 1978, pp. 30-31). Curiosamente, nenhuma das duas maiores

¹⁴ Sobre as confusões acerca do caráter feudal da *encomienda*, Semo aponta que: Desde el principio, la encomienda quedó integrada en la órbita de la circulación mercantil, a través de la cual el sistema colonial cumplía su función explotadora. Los productos de las comunidades más alejadas tenían que transformarse de valores de uso en valores de cambio y luego en dinero, para poder ser acumulados en Europa. Y es esta superficie mercantil la que ha inducido a investigadores que confunden comercio y capitalismo a ver en ella una institución capitalista, ignorando su modo de producción” [grifos do autor] (SEMO, 1987, p. 217).

metrópoles mexicanas do período colonial (Cidade do México e Guadalajara) possuíam alguma influência direta da atividade mineira ou da agricultura de exportação, o que deu margem ao desenvolvimento de uma importante atividade artesanal.

Posteriormente, o sistema cuja base era a *encomienda* fora substituída pela *hacienda*, unidade de produção agrária dirigida pelos espanhóis. Esta última consiste em uma empresa comercial orientada essencialmente para os consumidores externos (DONGHI, 1974, p. 13). Sobre ela, duas proposições podem ser feitas com segurança:

Em primeiro lugar, em suas relações externas, não eram feudais(...) Sobretudo, o objetivo de uma fazenda era a produção para a venda em um mercado supralocal e, conseqüentemente, o lucro. (...) Em segundo lugar, a organização interna e as relações das fazendas só podem ser descritas como feudais. (HOBSBAWM, 2017, pp. 113-115)

De forma comparativa, a diferença do desenvolvimento das forças produtivas entre as sociedades pré-colombianas da América portuguesa e espanhola neste período acabou por suscitar um conteúdo pré-feudal no enquadramento jurídico do Brasil colonial, responsável pelo escravismo¹⁵.

Com a Revolução Industrial inglesa e a posterior Revolução Francesa, ambas no fim do século XVIII, o capitalismo tratava de se consolidar, agora em sua fase industrial. Ele que “na forma de mercantilismo, havia sido mero instrumento a serviço de uma economia feudal, emergia como a forma dominante e revolucionava toda a economia mundial” (RANGEL, 2005 (1957), p. 309). Deste modo, à luz dos fatores objetivamente estratégicos dos modos fundamentais de produção (escravismo: o homem; feudalismo: a terra; capitalismo: o capital)¹⁶, podemos observar que a formação social latino-americana, da qual tinha o meio natural como determinante geográfico — visto que a terra (América espanhola) e o escravo (América portuguesa) eram os fatores objetivamente estratégicos — passou a ser pressionada

¹⁵ Na América espanhola, onde a população nativa, principalmente sob o modo de produção asiático, atingira certo grau de desenvolvimento capaz de praticar uma agricultura estável, bastava controlar a terra para que fosse possível controlar a população. Por outro lado, na América portuguesa, onde não havia estrutura social estável e vivia-se sob um modo de produção comunista primitivo, impuseram-se relações escravistas de produção. (RANGEL, 2005 (1957), p. 308).

¹⁶ “Pondo de parte o primeiro e o último dos modos fundamentais de produção [comunismo primitivo e socialismo], dado que, em ambos o corpo social comanda todos os fatores de produção, nos demais a hegemonia cabe à classe detentora do domínio do fator objetivamente estratégico. E é isso o que caracteriza o modo de produção e a formação social que sobre ele se edifica” (RANGEL, 2005 (1957), p. 631).

externamente pelo novo ritmo de produção do meio técnico inglês, do qual tinha o capital como fator objetivamente estratégico¹⁷.

Neste contexto de intenso progresso econômico inglês, as relações de produção externas do México para com a Metrópole espanhola tornam-se paulatinamente um entrave ao desenvolvimento das forças produtivas mexicanas¹⁸, presas à metrópole em decadência através do pacto colonial. Aqui vale um parênteses. Diferentemente dos países centrais que em sua maioria engendraram o capitalismo em seu interior, a periferia do sistema capitalista se conecta com o modo de produção superior de forma exógena. Com isso, levando às últimas consequências o postulado marxiano presente no prefácio da *Contribuição à crítica da economia política* que diz que um novo modo de produção surge quando o desenvolvimento das forças produtivas entra em contradição com as relações de produção vigentes (MARX, 2008, pp. 49-50), Rangel entende que as rupturas na América Latina podem ter origem tanto nas relações internas quanto nas relações externas de produção. Este período de deslocamento do centro dinâmico do sistema capitalista dos representantes do capitalismo mercantil — Espanha e Portugal — para o nascente capitalismo industrial inglês, gera a onda de insurreições que atinge o continente como um todo, com, por exemplo, as independências da Argentina (1815), do México (1821) e do Brasil (1822) (PEREIRA, 2012). Portanto, estas insurreições são interpretadas neste trabalho como manifestações da contradição do desenvolvimento das forças produtivas internas da América Latina com suas relações de produção externas, sobretudo os entraves dos quais o aparelho de intermediação comercial da metrópole exercia sobre as colônias. Outro fator decisivo nesta ruptura está na disputa ideológica do momento histórico, entre o absolutismo espanhol e o liberalismo inglês, ligado aos novos ideais iluministas da época. Com a restauração absolutista na Espanha, a neutralidade britânica tornou-se mais favorável à revolução na América espanhola (DONGHI, 1976, p. 67).

Diferentemente das demais nações latino-americanas, a independência mexicana não partira da iniciativa das elites locais, pelo contrário, a revolução iniciou-se com uma revolta de índios e mestiços, liderados por Miguel Hidalgo e José Maria Morelos. Com estas revoltas

¹⁷ Reserva-se o conceito de “meio técnico à fase posterior à invenção e ao uso das máquinas, já que estas, unidas ao solo, dão toda uma nova dimensão à respectiva geografia” (SANTOS, 2017 p. 234).

¹⁸ “As novas condições criadas pelo avanço da Revolução Industrial na Inglaterra e pelo controle progressivo que este país pôde exercer sobre os transportes marítimos, teriam que resultar em uma política de portos abertos, em todo o continente americano, política inconcebível com o tipo de relações que prevaleciam entre Espanha e suas colônias” (FURTADO, 1978, p. 38).

populares derrotadas, a independência mexicana ocorreu tão logo a reviravolta liberal que se passava na Espanha pareceu ameaçar a luta mais intransigente contra as revoluções da América espanhola (DONGHI, 1975, pp. 76-77).

As condições particulares do território mexicano, que dificultam acesso ao planalto central dos produtos importados, havia favorecido o surgimento de um conjunto de indústrias têxteis desde a primeira metade do século XIX. As barreiras aduaneiras internas dificultavam o desenvolvimento dessas indústrias em benefício da sobrevivência do artesanato local. Com a unificação do mercado nacional, através das estradas de ferro e da derrubada das barreiras fiscais internas, este núcleo manufatureiro expandiu-se com rapidez. Deste modo, a despeito da predominância da ideologia liberal neste período, a primeira fase da industrialização mexicana aproximou-se do modelo clássico: parte de uma experiência artesanal, a qual é superada pela introdução de novas técnicas das quais absorvem mercados anteriormente satisfeitos em grande parte pela oferta artesanal. No entanto, enquanto o desenvolvimento argentino se fazia com “elevação do nível de vida do conjunto da população, no México ocorria uma crescente marginalização de grupos populacionais e agravamento das tensões sociais que desembocaram no processo revolucionário que convulsionou o país a partir de 1910” (FURTADO, 1978, pp. 119-122).

4 DO NACIONAL-DESENVOLVIMENTISMO AO NEOLIBERALISMO

4.1 O *PORFIRIATO* E A REVOLUÇÃO CAMPONESA DE 1910

No final do século XIX chega ao poder Porfirio Díaz, abrindo o período da história do México conhecido como *porfiriato*, delimitado entre os anos de 1884 e 1911. O governo de Díaz fora fruto de uma aliança com a oligarquia latifundiária e o capital estrangeiro. O investimento externo cresceu de 110 milhões de pesos, em 1884, para 3,4 bilhões em 1910. Um quarto desse investimento foi destinada à mineração, que teve sua produção multiplicada de 40 milhões de pesos, em 1893, para quatro vezes mais em 1906 (CARMÍN, MEYER, 2000, p. 14).

A voragem mineira e o início do desenvolvimento industrial no norte do país contribuíram para a formação dos primeiros batalhões de operários no México, culminando na Greve de Cananea (1906), no centro de produção de cobre no norte, e na Greve do Rio Blanco (1907), nas fábricas têxteis do sul, em Veracruz (Ibidem, p. 20). Apesar destas experiências grevistas, o operariado mexicano era uma camada social “exígua, sem coesão nem consciência de seus interesses”. Era marcado pelos hábitos do mutualismo mais adequado a grêmios e artesãos, portanto, “sem tradição de luta, nem ideologia proletária” (Ibidem, 82). A mineração, o petróleo e a indústria também contribuíram para a ruptura das relações agrárias tradicionais no norte. Segundo Carmín e Meyer (2000),

Ali eram pagos os mais altos salários agrícolas da república e os proprietários rurais da região, alheios ao sistema de peonagem por dívida ou tienda de vaya (endividamento nos armazéns das haciendas) do sul, pagavam salários em dinheiro e não em vales. (CARMÍN, MEYER, 2000, p. 24).

No entanto, a conjuntura internacional durante o regime de Díaz contribuiu para o fortalecimento das haciendas e, conseqüentemente, de toda a sua estrutura produtiva arcaica. Conforme Eric Hobsbawm,

Uma consideração mais séria talvez possa ser feita para o período em que a América Latina tornou-se parte de uma economia imperialista mundial em expansão, ou seja, do final do século XIX até a crise mundial dos anos 1930. Durante esse período, o incentivo para prosseguir a expansão da produção agrária utilizando os recursos disponíveis para uma economia de hacienda

tradicional — expansão das propriedades, expropriação de terras camponesas e comunitárias, coerção não econômica, trabalho servil, dívida-peonagem etc. — estava em seu máximo, o apoio dos governos a plantadores e fazendeiros, locais ou estrangeiros, era quase ilimitado, a resistência da população rural estava em baixa e as tensões que se fariam sentir posteriormente em movimentos revolucionários e outros ainda estavam se acumulando. (HOBSBAWM, 2017, p. 128)

O conflito pela terra fora uma constante durante o século XIX no México, devido às heranças da antiga ordem colonial, a forte influência da Igreja na economia, mantida durante o *porfiriato*, e o caráter feudal das relações de produção no campo. Díaz ascende ao poder num período em que evidencia-se o choque entre o liberalismo e a antiga ordem colonial. A *Lei de Terras Devolutas e Ociosas* e a especulação criada pela expansão da mineração e dos investimentos agrícolas, geralmente por estrangeiros, geraram desapropriações fundiárias, tirando a terra dos camponeses e formando uma nova oligarquia¹⁹ (CARMÍN, MEYER, 2000, pp. 16-17).

Desta correlação de forças, a oligarquia tradicional vai sendo posta de lado. Esta sente-se cada vez mais alijada ao poder centralizador do *porfiriato*, com sua aliança às novas oligarquias e aos interesses estrangeiros. Como consequência, surge no cenário mexicano a personificação dos descontentamentos da classe latifundiária tradicional, Francisco Madero, que irá impulsionar a revolta social contra Porfirio Díaz. A principal região da revolução maderista é a setentrional, inclui o eixo montanhoso da Sierra Madre Ocidental e se estende para os Estados de Sonora, Chihuahua, Durango e Sinaloa. É, sobretudo, o México das minas (CARMÍN, MEYER, 2000, p. 35).

Muitos foram os fatores que contribuíram para agravar a crise que culminaria da retirada de Díaz do poder, dentre elas podemos citar a crise da mineração e queda dos preços da prata por volta do fim do *porfiriato* (CARMÍN, MEYER, 2000, p. 25). No que diz respeito às relações internacionais, a aproximação do governo ao capital britânico e a abertura das portas diplomáticas ao Japão, certamente criaram atritos com os Estados Unidos, resultando na neutralidade ou até mesmo no apoio ativo do governo norte-americano aos revolucionários durante 1910 e 1911 (ibidem, pp. 28-29).

¹⁹ “Os camponeses perderam seus lotes, ainda que não tenha constituído uma sociedade de pequenos proprietários, como os liberais esperavam, mas uma sociedade em que os antigos latifundiários ou os novos empresários agrícolas monopolizavam a terra” (RAJCHENBERG).

Entre 1910 e 1913, surgem forças que iriam disputar o poder e o território mexicano. Em março de 1913, uma série de correntes sufocam o que restava do poder de Porfirio Díaz: A frente zapatista no centro e no sul do país; as colunas leais ao Chefe Carranza, no nordeste; As forças rebeldes de Sonora lideradas por Álvaro Obregón; e a grande torrente Francisco Villa que desceu do norte até o centro (CARMÍN, MEYER, 2000, p. 64). 1915 é o ano da definição da guerra civil, com a derrota dos exércitos camponeses da revolução, os villistas e os zapatistas. No entanto, mesmo com Carranza na presidência, este não controlava todo o território. Emiliano Zapata dominava o sul, e Francisco Villa o norte (CARMÍN, MEYER, 2000, p. 72).

De 1913 a 1920, há no México uma série de “revoluções” dentro da Revolução. Em 1920, finalmente, a era dos caudilhos passa à era das instituições. Em última instância, isso significava o fim da absoluta personificação do poder através de sua institucionalização com a criação do Partido Nacional Revolucionário. No entanto, contraditoriamente, a despeito das posteriores alternâncias de poder, quem efetivamente governou pelos bastidores foi Plutarco Elías Calles, o fundador do Partido Nacional Revolucionário, num período conhecido como *Maximato*, em referência ao Chefe Máximo²⁰ (CARMÍN, MEYER, 2000, p. 101).

Quinze anos após a luta armada, o perfil econômico básico do México pouco havia mudado. 70% da população economicamente ativa ainda vivia da terra; apenas 15% possuíam empregos nas cidades, no comércio; e os que estavam empregados na indústria manufatureira correspondia a apenas 14% (CARMÍN, MEYER, 2000, p. 103).

4.2 O CARDENISMO E A ASCENSÃO DO CAPITALISMO NO MÉXICO

A fase depressiva do terceiro Ciclo Longo ou de Kondratiev inicia-se em 1921, agravando-se fortemente com a crise de 1929 e gerando na América Latina um centro dinâmico interno, diferentemente das épocas anteriores em que o continente apenas gravitava em torno do centro dinâmico externo vindo do centro do sistema capitalista, expresso nas flutuações dos Ciclos de kondratiev. A partir deste momento a América Latina realiza as substituições industriais de importação, quando antes realizava-se majoritariamente

²⁰ “Quando Calles afirmou, em seu último informe presidencial, que a Revolução devia deixar para trás a era de poder pessoal para entrar plenamente na era das instituições, estava preparando o caminho para a criação de um grande partido oficial que uniria todos os partidos e grupos da ‘família revolucionária’” (CARMÍN, MEYER, 2000, p. 145).

substituições artesanais de importações. Neste período, o setor agrário tradicional serviu como amortizador do desemprego, uma vez que:

Entre 1929 e 1932 (os piores anos da crise), o valor da produção mineira mexicana caiu 50 por cento, e a produção de petróleo, quase 20 por cento. Mas o Produto Interno Bruto (PIB) caiu apenas 10 por cento, o que certamente significava uma recessão econômica, mas não uma catástrofe. A maioria da população mexicana não estava diretamente vinculada a essas atividades modernas e sim as atividades agrícolas tradicionais, que não cresceram, mas quase não registraram queda. (CARMÍN, MEYER, 2000, p. 141)

Em 1934, chega ao poder Lázaro Cárdenas (1934-1940), o primeiro governo institucionalmente presidencialista do período pós-revolucionário e que poria fim à hegemonia do Chefe Máximo, colocando no centro de seu governo tradições fortemente retardadas de carga nacionalista, popular e desenvolvimentista da Revolução (CARMÍN, MEYER, 2000, p. 106). O período do *Maximato* chega ao fim e o do Nacional-desenvolvimentismo se inicia.

A concentração fundiária, como já mencionado, sempre foi uma tônica da histórica mexicana, desde a colonização. Não por acaso, as revoltas no México, via de regra, sempre tiveram a terra como ponto central de reivindicação. Os números desta concentração fundiária no período pré-revolução são incertas. Segundo as estimativas mais drásticas, 1% dos latifundiários detinham 97% das terras disponíveis. Estimativas menos radicais, afirmam que 54% das terras estavam em mãos de 11 mil latifundiários, em 1910 (CARMÍN, MEYER, 2000, pp. 149-150). Com a Revolução de 1910, inicia-se uma tentativa de distribuição da terra através dos *ejidos*, lotes individuais que, nas palavras de Luiz L. León, seria um terreno familiar de onde sairiam “espíritos inquietos, ou com maiores ambições [...] para buscar uma melhoria de vida fora dele” (Ibidem, pp. 151-152). Portanto, o desenvolvimento destes seria baseada na pequena produção mercantil.

No entanto, o México que Cárdenas encontra quando chega ao poder é de uma sociedade ainda dominada pelas grandes propriedades privadas. Segundo Carmin e Meyer, 93% das terras correspondiam às propriedades privadas e apenas 7% aos *ejidos* (CARMÍN, MEYER, 2000, p. 158). Além disso, a distribuição dos *ejidos* havia sido geograficamente desigual, sendo forte nos Estados com forte influência zapatista do sul (Morelos, Yucatán,

Puebla, etc.), e fraco onde havia fortes agrupamentos agraristas militantes (Veracruz, Michoacán, Baja California, Quintana Roo, Coahuila, Nuevo León, Oaxaca e Tabasco) (Ibidem, pp. 158-159). A ruptura com os latifundiários se tornou um imperativo para Cárdenas, que teve na crise mundial um momento propício de enfraquecimento desta classe. A grande propriedade herdada da colônia e fortalecida no século XIX, fora atingida diretamente. A reforma agrária se estendeu para todo o país e, ao terminar o governo de Cárdenas, o *ejido* representava quase metade da superfície cultivada do México²¹ (Ibidem, p. 175). A realização radical da reforma agrária resultou num sólido apoio camponês, enquadrado dentro da Confederação Nacional Camponesa criada em 1938. Cárdenas também logrou a unificação do movimento operário através da criação da Confederação de Trabalhadores do México (CTM) (Ibidem, p. 178).

Com a reforma agrária, a produção agrícola se volta para o mercado interno e o autoconsumo se fortalece. Através de substituições de importações e diversificações produtivas, enfraquece-se o movimento de especialização produtiva via inserção na divisão internacional do trabalho como agroexportador. Em 1940, a produção agrícola caiu a níveis equivalentes de cinco anos antes. No entanto, o camponês apresentou uma melhora imediata em seu padrão de vida. Segundo Carmín e Meyer:

O aumento do autoconsumo e a queda real na produção de certos bens agrícolas provocaram uma elevação dos preços dos alimentos e o conseqüente descontentamento nas zonas urbanas, mas permitiu uma transferência real de renda do setor industrial e de serviços para o setor agropecuário, o que se encaixava perfeitamente no programa cardenista. (CARMÍN, MEYER, 2000, p. 179)

Lázaro Cárdenas praticou uma política econômica heterodoxa. A partir dele começa-se a utilizar fortemente o déficit fiscal, levando a oferta monetária total de 454 milhões de pesos em 1934 para 1,06 bilhões em 1940, o que beneficiou a indústria manufatureira (CARMÍN, MEYER, 2000, p. 180). Em 1934, surge a Nacional Financeira (NAFINSA), banco especialmente criado para as necessidades da economia agrícola, cujo crédito junto aos bancos comerciais era limitado, buscando a promoção do comércio exterior (Ibidem, p. 181).

²¹ “Durante o sexênio cardenista, distribuíram-se, em média, 3,3 milhões de hectares anuais (quase 20 milhões em todo o período) a 771.640 famílias camponesas agrupadas em 11.347 ejidos. Cada um dos beneficiários recebeu, em média, 25,8 hectares, convertendo Cárdenas não só no presidente que mais terras distribuiu mas também no que deu maior quantidade de lotes” (CARMÍN, MEYER, 2000, p. 189).

E em 1938, o governo decretou a nacionalização da indústria petrolífera após conflitos entre empregados e patrões, criando a estatal Petróleos Mexicanos (PEMEX)²².

Assim como ocorreu no Brasil, em que a classe da burguesia industrial surge como uma dissidência da classe dos comerciantes (RANGEL, 2005 (1981), pp. 679-680), no México o mesmo processo ocorre, pois “como a exportação de capitais se faz por intermédio dos comerciantes, estes não demoram a perceber as vantagens de serem eles próprios os fabricantes” (SANTOS, 2010, p. 102). Como de costume, a formação social se engendra em uma unidade de contrários, e o desenvolvimento industrial mexicano não poderia ser diferente. Segundo Santos,

A presença de um comércio tradicional e de serviços ‘a varejo’ é a garantia da sobrevivência de uma série de pequenas indústrias. Trata-se, em essência, das indústrias pouco ou não ligadas ao setor propriamente capitalista. Por isso, essas técnicas podem manter relações com os demais setores não capitalistas ou fracamente capitalistas da economia urbana, setores que elas alimentam com seus produtos e às quais devem uma das razões — talvez a principal — de sua continuidade. O setor industrial pré-capitalista encarrega-se do fornecimento ao comércio e aos serviços; os comércios ‘de 5 centavos’, como se costuma denominá-los na África, são os fornecedores da massa da população pobre. Tais fornecimentos são em geral à crédito. Assim, esse crédito funciona nos dois sentidos, ascendente e descendente. Na realidade, é a população pobre e endividada que, com suas dívidas, financia os serviços e o comércio e, por isso, a atividade mais dinâmica: a indústria. (SANTOS, 2010, p. 110)

As mudanças político-econômicas iniciadas por Cárdenas e seguidas em grande medida pelos presidentes posteriores, surtiram efeito a longo prazo. Entre 1940 e 1960, a produção nacional cresceu 3,2 vezes e, entre 1960 e 1978, 2,7 vezes. Estes anos registraram um crescimento médio anual de 6%. Houve não só um crescimento econômico, mas uma modificação estrutural. Em 1940, a agricultura representava em torno de 24,3% do produto interno bruto e a manufatura 18%; em 1950, a participação da agricultura havia declinado para 22,5%, e a da manufatura aumentado para 20,5%. Em 1960, estes percentuais modificaram-se para 18,9% e 23% (FURTADO, 1978, p. 96). Surgiu nesse período uma

²² “O apoio popular à medida foi enorme e se tornou símbolo do cardenismo. As imagens da época exibem como diferentes setores ofertaram seus bens para ajudar a pagar as indenizações. Segundo filmes gravados na ocasião, os camponeses levavam frangos e as senhoras das classes altas, jóias. Foi o momento culminante do projeto dos revolucionários vitoriosos” (RAJCHENBERG).

classe média na sociedade mexicana, o que não ocorria anteriormente. No período do *porfiriato*, as camadas de baixa renda compreendiam 90,5% da população e a classe média mal chegava a 8%; por volta de 1960, a classe média havia praticamente duplicado em relação a 1910 (Ibidem, p. 235).

4.3 A GEOPOLÍTICA DA CRISE E O CHOQUE NEOLIBERAL

A crise de 1929, inserida na fase depressiva do 3º Kondratiev (1921-1948), ao mesmo tempo em que promoveu uma profunda substituição industrial de importações na América Latina, também contribuiu para realização de outro fenômeno que se tornaria crucial na geopolítica mundial após a abertura da fase depressiva do 4º kondratiev, iniciado com a crise do petróleo em 1973. Assim como aponta Lenin, as crises tendem a gerar uma série de fusões e aquisições cuja propensão é a formação de monopólios (2012, p. 52). Com isso, a crise de 1929 promoveu uma profunda concentração e centralização do capital estadunidense, que culminou na oligopolização de seu mercado. Ao mesmo tempo em que a oligopolização dificultava a concorrência e tornava a economia dos EUA menos dinâmica, o Japão com o novo sistema toyotista, fomentou um ambiente altamente concorrencial com seu mercado interno pequeno e disputado por inúmeras empresas (MAMIGONIAN, 2018, 182).

O setor automobilístico foi o centro deste fenômeno. No início dos anos 1960, pouco mais de dez anos da introdução do toyotismo²³, o Japão iniciou suas exportações para o mundo todo: Ásia do sudeste (Tailândia, por exemplo), Austrália, África do Sul, Europa Oriental e toda América do Norte. Como comenta Sérgio Buarque de Hollanda Filho,

A participação japonesa na produção mundial de veículos, ainda insignificante no início dos anos 60, já superava 10% no fim daquela década, e se elevaria até um pico de 30% no início dos anos 80. Ao mesmo tempo, durante a década de setenta, o Japão torna-se responsável pela maior parcela do comércio internacional de automóveis. (FILHO, 1993, pp. 83-84)

²³ O sistema toyotista foi o responsável pela precedência das técnicas de organização em detrimento do “determinismo tecnológico”. Isto é, “embora as plantas japonesas estejam entre aquelas com maior nível de automação do mundo, não seria este o segredo-chave de seus elevados índices de produtividade”, sendo o sistema organizativo conhecido como “just in time”, que torna dispensável os estoques tão vulneráveis a crises de superprodução, o verdadeiro responsável (FILHO, 1993, p. 96).

Após a crise de 1973, a situação tornou-se insustentável para a indústria automobilística dos EUA e da Europa frente à invasão dos automóveis japoneses. Em 1980, “a produção norte-americana, atingida pela crise, foi de apenas 8,0 milhões, ultrapassada de longe pela produção japonesa de 11,0 milhões (MAMIGONIAN, 2018, p. 182). O próprio mercado norte-americano era 28% abastecido por automóveis japoneses (FILHO, 1993, 84). A consequência deste cenário foi a gradual queda dos EUA e ascensão do Japão como produtor mundial, fazendo com que, de 1960 a 1980, os EUA tornem-se grandes importadores daquilo que antes produziam e exportavam (MAMIGONIAN, 2018, p. 183).

Com a chegada de Ronald Reagan ao poder dos EUA na década de 1980, inicia-se uma forte reação a decadência econômica estadunidense. Para além da combinação de políticas keynesianas (corrida armamentista; proteções tarifárias) com políticas neoliberais (desregulamentação trabalhista)²⁴, um movimento norte-americano fez grande diferença no cenário geopolítico que se desenhava. O chamado Acordo de Plaza, de 1985, forçou o Japão a realizar uma forte valorização do *Yen*, que resultou em um “duro golpe na política de exportação japonesa, provocando uma longa e severa estagnação econômica de 1990 até os dias atuais” (Ibidem, p. 185). Com isso, intensifica-se o processo de desterritorialização produtiva de ambas as potências, com migrações de capitais para a Ásia e América Latina, em busca de mão-de-obra mais barata a fim de diminuir o custo de produção.

Para além disso, é claro, outros fatores contribuíram para a reação estadunidense. O fim da URSS e o conseqüente fim da Guerra Fria, bem como o esgotamento do fordismo-keynesianismo, mostrou a incapacidade de continuidade do Estado de bem-estar social que marcou os anos dourados do capitalismo. Deste modo, torna-se hegemônico (por consenso e/ou por coerção) o pensamento neoliberal no mundo, de modo geral. As recomendações dos organismos internacionais e das grandes potências, posteriormente formalizadas através do *Consenso de Washington*, foram claramente explicitadas por Perry Anderson:

²⁴ “Deve-se ressaltar que, na política interna, Reagan também reduziu os impostos em favor dos ricos, elevou as taxas de juros e aplastou a única greve séria de sua gestão. Mas, decididamente, não respeitou a disciplina orçamentária; ao contrário, lançou-se numa corrida armamentista sem precedentes, envolvendo gastos militares enormes, que criaram um déficit público muito maior que qualquer outro presidente da história norte-americana. Mas esse recurso a um keynesianismo militar disfarçado, decisivo para a recuperação das economias capitalistas da Europa Ocidental e da América do Norte, não foi imitado. Somente os Estados Unidos, por causa de seu peso na economia mundial, podiam dar-se ao luxo de déficit massivo na balança de pagamentos que resultou de tal política” (ANDERSON, 1995, p. 16).

O remédio, então, era claro: manter um Estado forte, sim, em sua capacidade de romper o poder dos sindicatos, mas parco em todos os gastos sociais e nas intervenções econômicas. A estabilidade monetária deveria ser a meta suprema de qualquer governo. Para isso seria necessário uma disciplina orçamentária, com a contenção dos gastos com bem-estar, e a restauração da taxa “natural” de desemprego, ou seja, a criação de um exército industrial de reserva de trabalho para quebrar os sindicatos. Ademais, reformas fiscais eram imprescindíveis, para incentivar os agentes econômicos. Em outras palavras, isso significava reduções de impostos sobre os rendimentos mais altos e sobre as rendas. (ANDERSON, 1995, p. 11)

O México, por sua localização geográfica fronteiriça aos EUA, fora especialmente afetado pela política de migração de capital norte-americano. Neste sentido, as *maquiladoras* cumprem um papel central de análise. As indústrias *maquiladoras* são aquelas das quais importam de suas matrizes estrangeiras grande parte dos componentes e peças presentes na produção, sob condição livre de impostos, para realizar o processo de produção utilizando mão-de-obra e insumos mais baratos em relação ao seu país de origem. Na prática, esta política consiste em uma exportação de mão-de-obra, sem o necessário deslocamento geográfico da mesma.

No México, as *maquiladoras* surgem inicialmente em 1965, através do programa para o *Fomento y Operación de la Industria Maquiladora de Exportación (Maquila)*, mas sua presença se intensifica mais fortemente a partir da década de 1980²⁵. Posteriormente, surge um segundo programa, similar ao anterior, chamado PITEX (*Programas de Importación Temporal para Producir Artículos de Exportación*), criado em 1985 e regulada em 1991. Por último, em 2006, o governo mexicano lança o decreto para o *Fomento de la Industria Manufacturera, Maquiladora y de Servicios de Exportación (IMMEX)*, que visava integrar os dois programas anteriores, cujas empresas representam 85% das exportações manufatureiras no México.

No início, a implantação destas indústrias objetivava reter a força de trabalho que emigrava para o país vizinho em busca de emprego, gerar divisas cambiais e controlar a inflação e o déficit financeiro. Para tanto, impuseram-se a redução de impostos — com tarifas máximas de importação de 20% *ad valorem* —, privatização de estatais e flexibilização

²⁵ O número de plantas *maquiladoras* sobe de 620 em 1980 para acima de 2.000 em 1992, o emprego expande nas *maquiladoras* de 100.000 para 518.000 e suas exportações sobem de US\$ 2,5 bilhões em 1980 para US\$ 10,1 bilhões em 1988 (GEREFFI, 1996, p. 87).

trabalhista. O número de empresas estatais caíram de 1.155 em 1982 para 210 em 1993²⁶ (PETERS, 1996, pp. 64-65).

As transnacionais no México tiveram duas estratégias principais. A estratégia horizontal consistiu na exportação horizontalmente integrada, isto é, a produção integral da mercadoria no México, não apenas partes. Exemplos de indústrias inseridas nesta estratégia são as indústrias de computadores e rádios. A estratégia vertical estruturava-se na integração vertical do comércio bilateral onde certos produtos eram exportados dos subsidiários mexicanos para a transnacional “subordinante” nos EUA, Alemanha, Japão, Canadá e América Latina, como as indústrias de automóveis e autopeças (GEREFFI, 1996, pp. 93-94).

A implantação das indústrias *maquiladoras* no México passou por duas fases, a chamada “velha” *maquiladora* e a “nova” *maquiladora*. A “velha” *maquiladora* é caracterizada pelo trabalho intensivo, sendo este predominantemente de mão-de-obra feminina, pelos baixos salários, e pela baixa conexão com a economia nacional. Este baixíssimo grau de conexão com o setor industrial local resultou em uma taxa de apenas 4% do valor agregado da produção das *maquiladoras* vindo da economia nacional, em 1987. Era uma simples geradora de divisas, a despeito de cumprir esta tarefa com eficiência, sendo o setor que mais gerou divisas neste período, com exceção da indústria petrolífera. A “nova” *maquiladora*, por sua vez, possui uma composição maior de capital intensivo, com investimentos substanciais em tecnologia e mão-de-obra especializada — consequentemente, melhor remunerada em relação a não-especializada —, além de uma maior inserção na economia nacional. O caso da indústria de computadores da IBM é exemplar, com 30% do valor das partes usadas na produção oriundas da própria economia mexicana (GEREFFI, 1996, pp. 87-88).

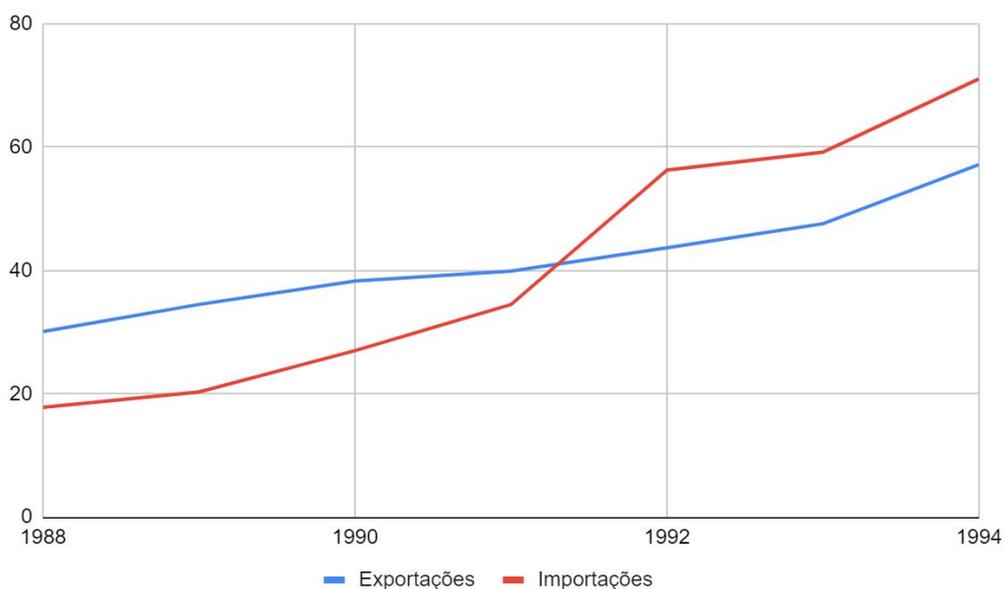
Como uma das bases das políticas neoliberais é o chamado tripé macroeconômico (câmbio flutuante, metas de inflação e superávit primário), no México esta estrutura não sofreu muitas modificações. O resultado da implementação desta política foi o declínio dos investimentos externos produtivos de 54,4% em 1988 para níveis abaixo dos 30% em 1993, com um concomitante aumento dos investimentos externos diretos (PETERS, 1996, pp. 68-69), expressando um desvio do capital da esfera produtiva para a esfera especulativa, fruto da elevação da taxa de juros absoluta e real que deprimiu a propensão ao investimento produtivo

²⁶ A privatização de bancos e de empresas telefônicas contaram por 78% do total arrecadado (PETERS, 1996, pp. 64-65).

nacional e estrangeiro. Nota-se que a recuperação dos lucros não levou a uma recuperação dos investimentos e que a desregulamentação financeira do programa neoliberal criou condições muito mais propícias para a inversão especulativa do que produtiva.

A liberalização macroeconômica resultou também em aumento das importações de manufaturas e déficit comercial, decorrente da valorização cambial (PETERS, 1996, pp. 68-69). Entre 1988 e 1994, a balança comercial mexicana caiu de um superávit de US\$ 12,3 bilhões para um déficit de US\$ 12,6 bilhões (Gráfico 1), no fenômeno que foi chamado pelo professor de economia da Universidad Nacional Autónoma de México, Enrique Dussel Peters, de transferência de uma *export-oriented industrialization* para uma *import-oriented industrialization*. Isto é, de uma industrialização orientada para a exportação para uma industrialização orientada para a importação. No auge do processo de abertura comercial do México (1992-1994), o país acumulou déficits comerciais de US\$ 48,4 bilhões, reduziu suas reservas cambiais em 1994 a US\$ 6,5 bilhões e cresceu no triênio à média de 2,2% ao ano (MAMIGONIAN, 1999, p. 148).

Gráfico 1 – Balança comercial mexicana 1988-1994



Fonte: Observatory of Economic Complexity

5 A REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA DO SETOR AUTOMOBILÍSTICO

5.1 A REORIENTAÇÃO DO SETOR E SEU DESENVOLVIMENTO DESIGUAL

A reestruturação do setor automobilístico no México, a partir da década de 1980, faz parte do movimento de instalação das “novas” *maquiladoras*, aquelas das quais se utilizam de maior capital intensivo em seu processo produtivo. Um bom exemplo é o caso da Delphi-Electronic Systems (Delphi-E) fundada em 1980 para produzir circuitos elétricos, sensores e disjuntores. Sobre esta empresa, segundo Carrillo,

In 1996, the plant employed 4,200 people, of whom 85% were production workers and 7% engineers and production technicians. This occupational structure, which clearly reflects the characteristic of being an unskilled labor intensive company, differs however, from first generation plants. In the first place, salaries and benefits in this plant represented less than 15% of production value. Second of all, the plant is 70% automated in terms of production value. And thirdly, it has adapted the Japanese production system. (CARRILLO, 2000, p. 65)

Portanto, a despeito da ainda baixa proporção de trabalhadores especializados dentre o universo total da mão-de-obra na nova geração de *maquiladoras*, esta se difere consideravelmente da geração anterior, possuindo um relativo baixo custo de capital variável em detrimento do capital constante — o que indica uma maior composição orgânica do capital e, portanto, maior capital intensivo. No entanto, a despeito da maior utilização de capital intensivo desta nova geração, as indústrias *maquiladoras* continuam com baixa conexão com a economia nacional, como é possível notar a partir da Tabela 1, tendo os insumos nacionais nunca ultrapassado 4% em relação aos importados, entre 1990 e 2006.

No que diz respeito à produção não-*maquiladora* de autopeças nacionais, conforme Carrillo:

In terms of domestic auto parts firms (not *maquiladoras*), there are around 100 large and 330 small and mid-size companies. The large companies comprise 13 national industrial groups (for example, Tremec, Spicer, Vitro) which, generally speaking, have technological alliances and joint ventures with foreign companies, control about 80% of sales in Mexico (they do not compete among themselves because of their highly specialized production), cornering almost the entire internal market. (2000, p. 59)

Com isso, nota-se que a produção voltada para o mercado interno é calcada nas firmas não-*maquiladoras* e com forte participação de indústrias nacionais — todas altamente especializadas —, a despeito de frequentemente atuarem em regime de joint-venture com capitais estrangeiros, dos quais possuem maior número de firmas de grande porte.

Tabela 1 – Relação insumos nacionais/importados das indústrias maquiladoras 1990-2006 %

Ano	Insumos nacionais %	Insumos importados %
1990	1,88%	98,12%
1992	1,86%	98,14%
1994	1,46%	98,54%
1996	1,60%	98,40%
1998	2,56%	97,44%
2000	3,06%	96,94%
2002	3,85%	96,15%
2004	3,34%	96,66%
2006	3,62%	96,38%

Fonte: Instituto Nacional de Estadística y Geografía

Segundo Carrillo, em 1982 o principal segmento gerador de empregos dentro do setor manufatureiro era o de autopeças, com 119,8 mil empregos ou 46%, seguido pelo de distribuidores com 77,1 mil empregos ou 29%, e o segmento de OEM (Original Equipment Manufacturer) com 49,9 mil empregos ou 19,2%. As *maquiladoras* apenas compreendiam 5% de 259 mil empregos naquele ano em todo o setor automobilístico. No entanto, a despeito de todos estes setores (com exceção dos distribuidores) aumentarem sua produção entre 1982 e 1997, todos perderam importância relativa em detrimento do aumento de importância relativa da *maquiladora*: a indústria OEM caiu 4,5%, os distribuidores caíram 14,7% e autopeças 13%; enquanto em contraste, as plantas *maquiladoras* subiram 32,2% (CARRILLO, 2000, p. 67).

A adaptação do sistema produtivo japonês, na transplantação asiática bem como corporações automobilísticas estadunidenses, mexicanas e alemãs, é realizada por uma

miríade de maneiras, dependendo das condições locais (contextos institucionais e mercados de trabalho) e estratégias específicas nos níveis de estabelecimento corporativo e individual, um fenômeno conhecido como *hibridização*. No entanto, particularmente na organização do trabalho das plantas de montagem, maior homogeneidade tem sido notada, especialmente a partir de meados dos anos oitenta, quando se consolidava o sistema toyotista no México: ampla mobilidade dos turnos e posições, redução das categorias de qualificação e desenvolvimento polivalente, etc. Fazer o processo de trabalho mais flexível tem sido acompanhado de uma expansão do treinamento de trabalhadores e um processo de simplificação organizacional, através da diminuição do número de posições, categorias de qualificação e níveis salariais, junto à terceirização de numerosos serviços (CARRILLO, 2000, p. 63).

Durante o período de substituição de importações, predominava o mercado de consumo interno e as indústrias automobilísticas, então, localizavam-se no centro do país. Grandes cidades (como Cidade do México, Monterrey e Guadalajara) e suas cidades médias ao redor (Puebla, Toluca, Cuernavaca, Saltillo) se beneficiaram com a estruturação de uma indústria de autopeças por razões de localização, uma vez que a produção orientava-se para o mercado interno e grande parte do mercado consumidor vivia nestas cidades, bem como a disponibilidade do mercado de trabalho (CARRILLO, 2000, p. 61).

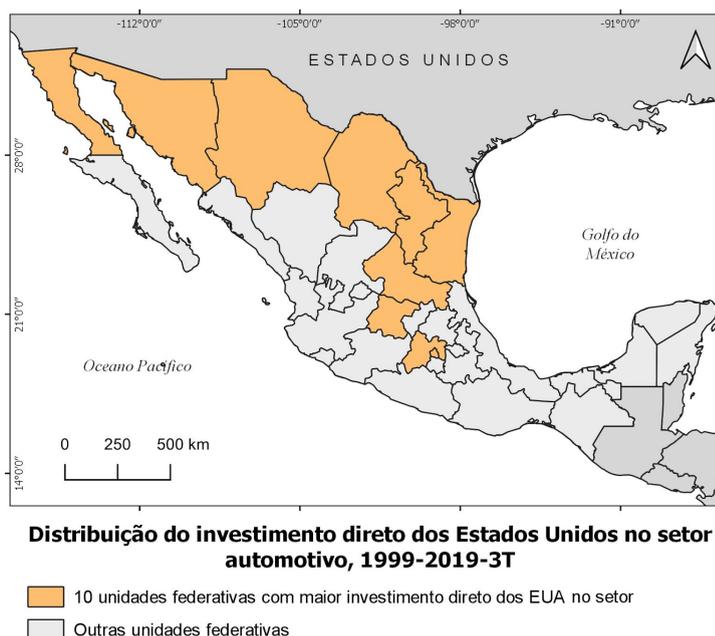
A partir do final da década de 1970, começa-se a reconversão das unidades produtivas, com as *maquiladoras*, para as regiões setentrionais do México. Em 1977, a General Motors estabeleceu em Ciudad Juárez, Estado de Chihuahua, duas montadoras de condutores e componentes de cabos para sistemas elétricos, conhecidos como “chicotes”. No mesmo ano, a Ford começa sua produção de estofamentos na cidade de Hermosillo, no Estado de Sonora, e em 1979 a Chrysler instala uma fábrica de chicotes, em Aguascalientes. Em 1987, a divisão Delphi da General Motors já contava com plantas dedicadas à montagem de chicotes e peças elétricas, as quais empregavam pouco mais de 15 mil pessoas. O segundo empregador era a Ford, com cinco instalações dedicadas principalmente à montagem de assentos, empregando 6.587 trabalhadores. Finalmente, a Chrysler manteve dois estabelecimentos com 2.727 empregados para a montagem de chicotes (CARRILLO, MIKER, 2000, pp. 178-179).

A localização no norte do país se dá, sobretudo, por conta da maior proximidade com o vizinho estadunidense, maior investidor nas *maquiladoras* mexicanas, o que facilitava as

importações e exportações de mercadorias entre as duas nações. Com isso, grande parte de suas unidades produtivas são instaladas nas municipalidades fronteiriças: Em 1980, havia 53 plantas, as quais geravam 7.500 empregos e um valor agregado de 61,9 milhões de dólares. Em 1989, as *maquiladoras* setentrionais concentravam 113 dos 142 estabelecimentos e 75.756 dos 90.515 empregos no setor de autopeças. Durante os anos 1980 e até os anos 1990, a sua expansão fora tremenda, tendo crescido 19 vezes em termos de valor agregado e 18 vezes em termos de geração de emprego, entre 1980 e 1995. Em 1997 havia 202 estabelecimentos, fornecendo 186.430 empregos e 1 bilhão 752 milhões de dólares em valor agregado (CARRILLO, 2000, p. 59).

Como veremos mais à frente, houve desde o início da implementação das políticas de industrialização via *maquiladoras*, uma forte presença de capitais estadunidenses. Analisando a distribuição espacial dos investimentos diretos dos Estados Unidos no setor automobilístico (Mapa 1), veremos uma clara concentração nas regiões do norte do país, bem como na região central, influenciada pela localização da capital nacional, Cidade do México.

Mapa 1 – Distribuição do investimento direto dos Estados Unidos no setor automobilístico do México, 1999-2019-3T



Elaboração: Fernando de Jesus (2019) com base em dados de Secretaría de Economía (México, 2019)

Portanto, o desenvolvimento desigual e combinado que se gestou já no período da colonização, geograficamente expresso num desenvolvimento maior das regiões nortistas em relação às sulistas por conta das atividades mineiras, tem uma continuação no século XX com as indústrias *maquiladoras* instaladas na fronteira norte do país.

5.2 A PRESENÇA ESTADUNIDENSE

A reestruturação precoce e abrangente da qual a indústria automobilística tem sido sujeita desde os anos 1980 foi reflexo de um forte crescimento de sua capacidade produtiva, com volumes produtivos aumentando 338% entre 1980 e 1997. Esta evolução, no entanto, não tem sido retilínea, tendo a indústria automobilística passado por quatro estágios separados durante os últimos vinte anos do século XX. Segundo Carrillo, eles podem ser descritos como: 1) o *boom* da substituição de importações de 1978 até 1982, que fez parte do longo período de substituições industriais de importações iniciado na década de 1930; 2) o período de crise da dívida e reorientação de 1983 à 1987, durante o qual novas e modernas plantas foram construídas; 3) o estágio baseado na expansão das exportações — bem como das importações — de 1988 à 1993; 4) e a era do NAFTA, quando unidades exportadas, autopeças e motores para exportação obtiveram o maior papel na indústria mexicana (CARRILLO, 2000, p. 56).

Estes estágios tornam-se mais nítidos ao analisar a evolução das exportações. Enquanto que em 1975 menos de 1% das autopeças produzidas eram exportadas, em 1980 este número sobe para 4%, subindo novamente para 12% em 1985, 34% em 1990 e 74% em 1997. Deste último número, aproximadamente 80% para os Estados Unidos²⁷ (CARRILLO, 2000, pp. 55-56). Consequentemente, o conteúdo das exportações especificamente para os EUA se orientou dos produtos alimentícios, 48% do total das exportações em 1970, para os combustíveis, 53% em 1980, e as manufaturas, 61% em 1987 (MARTINEZ, 1993, pp. 71-72).

Seguindo esta mesma tendência, pode-se notar uma constante na evolução histórica dos Investimentos Externos Diretos (IEDs) direcionados ao México, com a forte presença estadunidense na economia mexicana (Tabela 2), sobretudo no que diz respeito ao setor

²⁷ Um exemplo da profunda orientação das exportações mexicanas para os EUA é o caso da empresa Delphi-E que, em 1993, teve 87% de sua produção destinada ao mercado norte-americano (incluindo Canadá) e o resto para o México e outro países (CARRILLO, 2000, p. 65).

manufatureiro (Gráfico 2), a despeito da diminuição relativa da participação americana a partir de 1994.

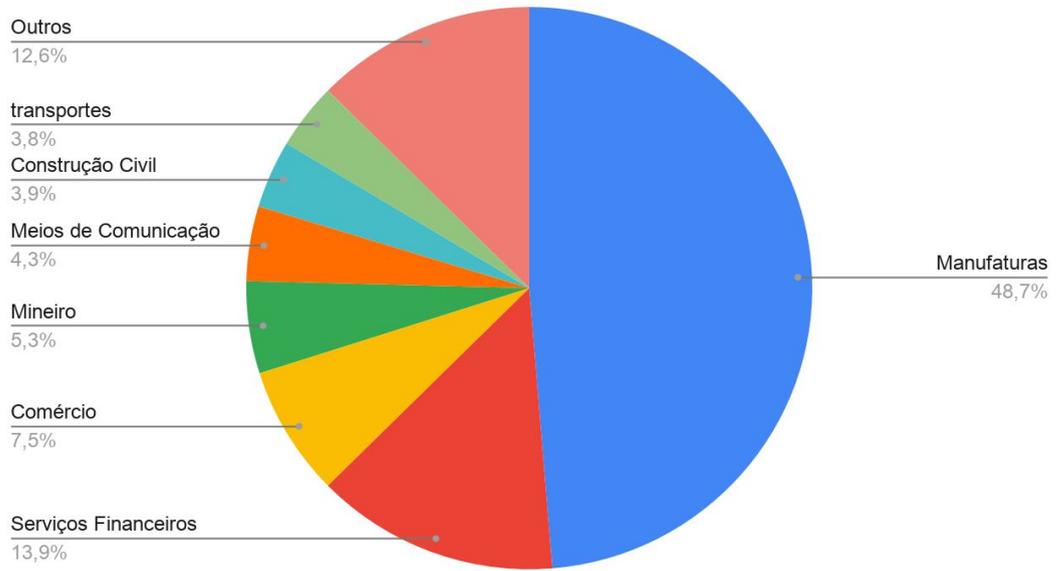
Tabela 2 – IED acumulado por país de origem 1980-2018

País de Origem	Participação percentual do acumulado 1980-1993	Participação percentual do acumulado 1994-2018
Estados Unidos	61,5%	48,9%
Reino Unido	6,7%	3,3%
Alemanha	4,9%	4,0%
França	4,3%	1,4%
Suíça	4,1%	-
Japão	3,7%	4,4%
Espanha	2,0%	11,2%
Países Baixos	1,9%	4,0%
Outros	10,9%	16,1%

Fonte: Secretaría de Economía (México)

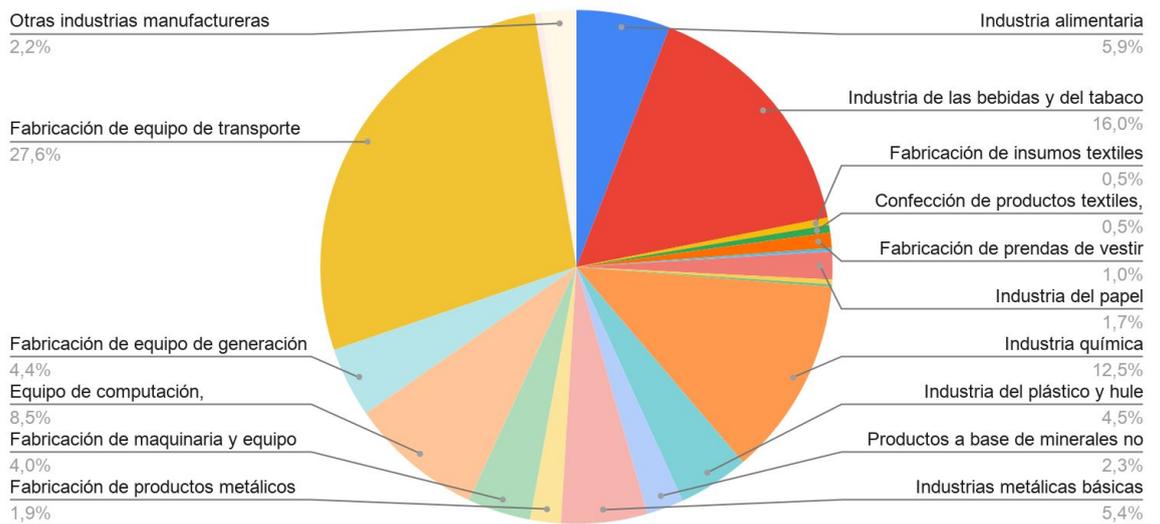
No interior do setor manufatureiro, pode-se perceber a expressiva liderança das indústrias de fabricação de equipamento de transporte, onde se inclui a indústria automobilística, dentre as que mais foram privilegiadas por Investimentos Externos Diretos (Gráfico 3).

Gráfico 2 – IED acumulado por sector de destino 1999-2019



Fonte: Gobierno de México

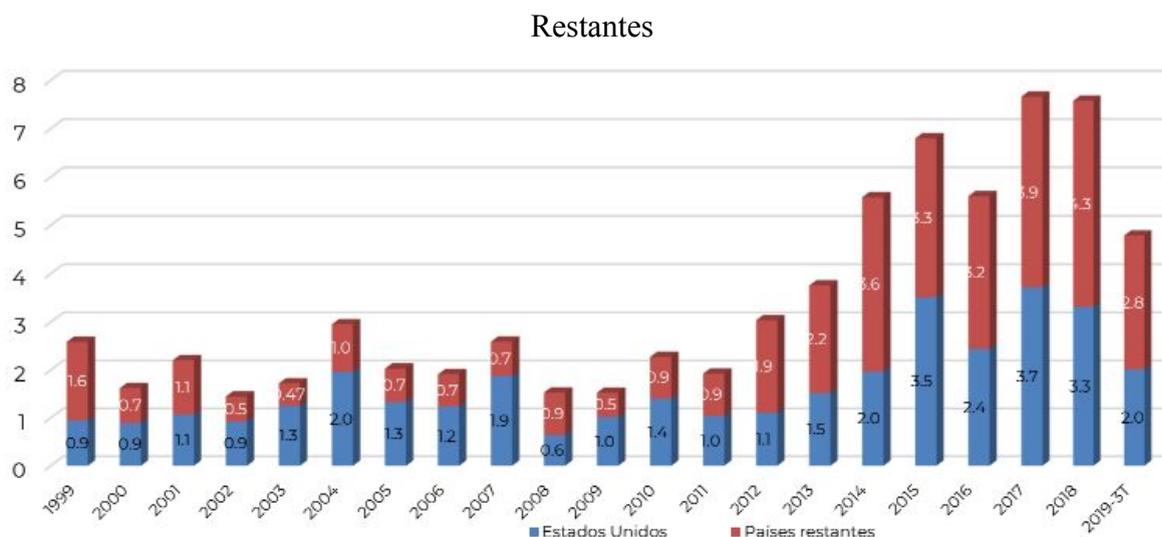
Gráfico 3 – IED acumulado das diferentes indústrias do setor manufatureiro 1999-2019



Fonte: Secretaría de Economía (México)

Com os presentes dados já seria possível fazer uma relação indireta acerca da importância dos investimentos estadunidenses especificamente para a indústria automobilística, uma vez que esta indústria recebeu a maior fatia dos IEDs do setor manufatureiro nos últimos vinte anos, setor do qual obteve a maior quantidade de IED acumulado durante este período, sendo os EUA o maior investidor. No gráfico seguinte (Gráfico 4), é possível visualizar esta proporção direta e objetivamente. Nota-se que até o ano de 2011 havia uma predominância de investimento provindo dos Estados Unidos em detrimento dos investimentos dos demais países, cenário este que se inverte a partir de 2012 — acompanhado de um aumento dos IEDs totais no setor —, em que a participação proporcional americana diminui. Apesar desta diminuição, segundo a Secretaria de Economia do governo mexicano, 49,5% dos investimentos externos diretos acumulados do setor automobilístico durante 1999 e 2019, provêm dos EUA. Sendo 12,2% do total dos investimentos diretos dos EUA no México, destinado à este setor. Portanto, o capital estadunidense segue sendo o maior investidor externo do setor automobilístico apesar da recente diminuição relativa.

Gráfico 4 – IED no setor automobilístico 1999-2019 (bilhões) – Comparação EUA/Países



Fonte: Secretaría de Economía (México)

5.3 CIUDAD JUÁREZ E O POLO AUTOMOBILÍSTICO

Como vimos, o desenvolvimento econômico no México evoluiu sob um recorte espacial acentuado e bem delimitado, sobretudo após a reestruturação neoliberal. A região setentrional fora privilegiada de investimentos e ali se alocou grande parte das indústrias *maquiladoras*. No que diz respeito especificamente à indústria automobilística, a profunda especialização produtiva conformou um polo automobilístico em Ciudad Juárez. Segundo o Governo do México, Chihuahua, Estado no qual Ciudad Juárez se localiza, liderou o recebimento de IED estadunidense para o setor automobilístico, com 28,1% do total entre 1999-2019. Deste número, 55% foi destinado à Ciudad Juárez. Segundo Carrillo et al., “o grau de especialização alcançado em pouco mais de dez anos fez com que Ciudad Juarez fosse chamada de ‘capital do chicote [condutores e componentes de cabos para sistemas elétricos]’” (p. 179). Ciudad Juárez conta com uma localização geográfica estratégica, que lhe permite fornecer para as montadoras em todo os Estados Unidos, e com mão-de-obra não-qualificada e semiquificada dez vezes mais barata que nas plantas automotivas do “outro lado” (Ibidem, p. 187).

Durante os anos 1980, não existia na cidade um programa ou uma ação específica orientada para a atração de maquiladoras de autopeças. O que de fato aconteceu foi a entrada da General Motors na cidade (devido a melhor combinação de recursos, infraestrutura, facilidade de acesso e qualidade de vida para executivos na combinação de Juarez-El Paso), o que exerceu uma força de atração para outras transnacionais. A chegada da General Motors induziu o estabelecimento da Ford e da Chrysler e, atrás destas, a chegada de empresas como United Technologies, Yazaki, etc. (CARRILLO, MIKER, 2000, p. 181). Tudo isso favoreceu o desenvolvimento de economias de aglomeração especializadas no setor automobilístico.

Neste processo, o capital estrangeiro incorporou um papel central. Em 1987, as transnacionais concentraram 68% das bases e 94% do emprego em Juarez. Só as Três Grandes do Automóvel (General Motors, Ford e Chrysler) empregaram 74% do pessoal total do setor na cidade. Em relação à incorporação de insumos de fornecedores localizados no México, também não se conseguiu ultrapassar neste período a taxa de 1% de insumos nacionais (CARRILLO, MIKER, 2000, p. 181).

No entanto, uma mudança importante entrou em vigor no início dos anos 2000. As Três Grandes do Automóvel diminuíram sua participação no emprego na cidade, passando de 74% a 36%. A Chrysler vendeu suas fábricas de chicotes e a Ford seguiu uma estratégia semelhante com as plantas de capas de assentos. A estratégia das transnacionais de subcontratar suas autopeças menores e manter a montagem de carros, motores e chassis levou à venda de maquiladoras a outras companhias, também transnacionais, que continuam operando em Juárez com as mesmas pessoas. A Delmex-General Motors passou a fazer parte da ITT Automotive; A Favesa-Ford foi vendida à Favesa-Lear Seating; a Autoelectrónica-Chrysler é agora parte da Yazaki, etc. Neste processo, as companhias japonesas como Yazaki e Sumitomo e as americanas como United Technologies (Grupo Essex) foram ganhadoras importantes, já que incrementaram substancialmente suas operações no México (CARRILLO, MIKER, 2000, p. 183).

Um fato relevante com o início do século XXI em relação a este polo é o estabelecimento do primeiro centro de pesquisa e desenvolvimento de autopeças não só nesta cidade 'maquiladora por excelência' (Ciudad Juárez), mas em todo o México, permitindo processos mais integrados e com maior valor agregado dentro da mesma região. Em 1995, a Delphi-E (Delphi-Electronic Systems) decidiu instalar fora dos Estados Unidos, pela primeira vez na história, um dos sete centros de pesquisa e desenvolvimento. Trata-se da transferência da base de Anderson, Indiana, para Ciudad Juárez. Esta decisão foi feita a necessidade de reduzir os prazos de entrega e os custos globais. Enquanto em média o número de empregados de cada centro de pesquisa e desenvolvimento de Delphi é de 500 pessoas, no Centro Técnico de Juárez chega a quase 1.900²⁸. Com o investimento inicial de 150 milhões de dólares (um pouco menos da metade em equipamentos), o Centro Técnico se dedica a produzir solenóides e sensores (CARRILLO, MIKER, 2000, p. 186).

Em termos de laços produtivos, o Centro Técnico de Juárez, como a grande maioria das maquiladoras no México, tem um baixo nível de integração produtiva (1%). A maioria dos fornecedores está nos Estados Unidos, Embora haja um sistema de fornecedores do qual participam 30 países. O desenvolvimento de projetos inclui até a manufatura, que é levada a cabo por uma empresa maquiladora da mesma divisão, a empresa Sec, localizada em Ciudad Juárez e em Chihuahua. Essas duas empresas maquiladoras funcionam como um complexo

²⁸ Em um ano de operações, conseguiu-se cortar 60% dos custos globais (comparados com a fábrica de Anderson) e 20% dos prazos de entrega (CARRILLO, MIKER, 2000, p. 186).

industrial. Tanto o Centro Técnico quanto a Sec possuem alianças estratégicas projetadas com empresas nacionais (por exemplo, a Condumex) e estrangeiras, com o propósito de desenvolver fornecedores, já que seus competidores principais, de fato também estão em Ciudad Juárez (CARRILLO, MIKER, 2000, pp. 187-88).

Finalmente, um aspecto importante que acompanhou esse processo de aglomeração industrial em Ciudad Juárez foi o desenvolvimento do ensino médio e superior. Pode-se estabelecer a vinculação entre o setor maquilador de autopeças e o setor educacional no nível médio-superior terminal — Centro de Bachillerato Tecnológico Industrial y de Servicios (Cebetis) e Colegio Nacional de Educación profesional (Coxalep) — em Ciudad Juárez e o treinamento de trabalhadores a nível técnico — Conalep. No caso do setor de autopeças, a relação entre as maquiladoras e o Conalep se desenvolve por meio dos próprios gerentes gerais das bases, que procuram elevar a capacitação tanto de operários quanto de técnicos. Em 1989, cerca de 37% do corpo docente trabalhava ao mesmo tempo na indústria maquiladora.

O vínculo entre o setor educacional e a indústria maquiladora de exportação, porém, tem seus limites. Ele não permitiu, por exemplo, a participação das empresas no desenho dos conteúdos das carreiras de acordo com suas demandas. As mudanças nos novos currículos ou carreiras são determinadas pela direção geral nacional de cebetis e Conalep, e estes são determinados pela DGETI (Dirección General de Educación Tecnológica Industrial), onde a interação com empresas maquiladoras para a elaboração ou mudanças nos programas foi praticamente nula. No entanto, desde 1985, todas as carreiras oferecidas por essas instituições em Ciudad Juárez são dirigidas à demanda de técnicos da indústria maquiladora (CARRILLO, MIKER, 2000, pp. 185).

6 CONCLUSÃO

O paradigma interpretativo de formação socioespacial, associado a teoria da dualidade básica, permitiu a compreensão da constante reorganização das estruturas internas mexicanas e de suas relações com o mundo. Uma análise capaz de engendrar dialeticamente a esfera da produção e da circulação em uma unidade de contrários, diferenciando-se das interpretações convencionais que, via de regra, privilegiam uma em detrimento da outra, incapazes de combinar os fatores internos e externos de uma mesma formação socioespacial. Bem como nos detemos a visão de *processo histórico*, com suas continuidades e descontinuidades, como um fenômeno gradual, desigual e combinado, diferenciando-se das leituras dependentistas que entendem a América Latina como capitalista desde a colonização.

O México possuía uma população pré-colombiana altamente sedentarizada e com uma agricultura desenvolvida. Com a colonização, o domínio da terra que antes pertencia ao despotismo tributário da civilização asteca e seu modo de produção asiático, passa para as mãos do Estado espanhol e sua aristocracia feudal. Deste modo, formou-se no seio da sociedade mexicana dois polos: um interno, ligado a unidade produtiva e a sua respectiva classe latifundiária feudal; e um externo, ligado ao capital comercial e sua classe de comerciantes.

A América espanhola, marcada pela fragmentação política por conta do imobilismo de seu “capital” fundamental (terra) e de suas barreiras orográficas (Andes), enquadra-se sob o vice-reino da Nova Espanha, um dentre os quatro que conforma a América espanhola. Já desde a colonização, forma-se no território mexicano um desenvolvimento geograficamente desigual, em que a região norte expande sua economia mineira, ao passo que o México meridional mantém-se sob as atividades agropastoris.

Fruto da posição dominante da Cidade do México e da dependência tributária das demais cidades mexicanas para com ela, forma-se uma vigorosa classe de comerciantes com efetivo controle das transações comerciais entre metrópole e a região mineira do norte. É notadamente a partir desta classe que posteriormente se efetiva a industrialização do país, primeiramente sob uma via norte-americana de transição, de baixo para cima, calcada na pequena produção mercantil; para posteriormente ser dirigida de cima para baixo (via prussiana), sobretudo a partir do governo Cárdenas.

A partir do desenvolvimento das forças produtivas mexicanas, ainda na condição de colônia, e do conflito ideológico entre o absolutismo feudal espanhol e o liberalismo capitalista inglês emerge o impulso de independência nacional, que põe em contato o meio técnico inglês, em sua forma capitalista industrial, ao meio natural mexicano de sua formação dual. O século XIX é marcado pelo fortalecimento do caráter feudal de sua sociedade, sobretudo na conjuntura expansiva do sistema capitalista mundial do pós 1873 a 1896, período sob o governo de Porfirio Díaz, em que as formas de relações de produção interpessoal e extra econômicas se fortalecem ainda mais.

Em 1910, uma série de descontentamentos por parte dos camponeses e das oligarquias tradicionais, juntamente com crises produtivas internas e em suas relações diplomáticas com os Estados Unidos, leva à uma guerra civil que culminaria na revolução camponesa que destituiu o governo de Díaz e pôs fim ao *porfiriato*. Após uma sequência de impasses e troca de poderes, o México inicia um novo período de sua história conhecido como *Maximato*, em que o Chefe Máximo, Plutarco Elías Calles, governa direta e indiretamente o país.

A despeito da ampla base camponesa do novo governo revolucionário, a estrutura fundiária pouco mudou durante o período do *maximato*, o que só viria a acontecer radicalmente com a chegada de Lázaro Cárdenas ao poder do México, o primeiro governo institucionalmente presidencialista do período pós-revolucionário e que poria fim à hegemonia do Chefe Máximo, colocando no centro de seu governo tradições fortemente retardadas de carga nacionalista, popular e desenvolvimentista da Revolução.

Com Cárdenas, a reforma agrária fez com que a produção agrícola se voltasse para o mercado interno, substituindo importações e diversificando a produção. Durante os quatro anos de governo, distribuiu-se mais terras do que nos outros quinze anos de revolução. Passa-se a exercer uma política econômica heterodoxa, cria-se bancos de financiamento público e nacionaliza-se a indústria petrolífera, criando a estratégica PEMEX. A política econômica seguida em grande medida pelos presidentes posteriores faz com que entre 1940 e 1960 o país cresça uma média de 6% ao ano e a manufatura ultrapasse a agricultura na participação do PIB. Bem como formou uma classe média antes residual no período anterior da história do país.

Enquanto isso, a tecnologia se desenvolvia de forma desigual no centro do sistema capitalista. O mercado altamente oligopolizado dos Estados Unidos perdia competitividade

em detrimento dos capitais japoneses que emergiram no cenário internacional como possível nova potência mundial e centro de inovações tecnológicas, sobretudo com o advindo do novo modelo toyotista, que se apresentava mais adaptado frente às crises cíclicas do capitalismo. Junto a esta ameaça japonesa, a queda da URSS e o fim da Guerra Fria estimulou uma reação estadunidense agressiva frente à realidade de decadência econômica e tecnológica, reação esta que fora levado a cabo sobretudo a partir do governo R. Reagan na década de 1980. Reagan combinou políticas keynesianas (corrida armamentista; proteções tarifárias) com políticas neoliberais (desregulamentação trabalhista), bem como realizou o estratégico Acordo de Plaza (1985) que asfixiou as exportações japonesas e europeias através de uma desvalorização do dólar. Com isso, inicia-se um processo de desterritorialização produtiva que atinge sobretudo o leste asiático (China e Tigres Asiáticos) e a América Latina, que vivia a crise da dívida pública e se viu forçada a abrir seu mercado de “fora para dentro”, diferentemente do leste asiático que inseriu-se neste movimento com projetos industrializantes de “dentro para fora”.

Neste contexto, diferentemente do resto da América Latina que viveu um processo de reprimarização de sua economia, o México, por sua localização vizinha aos EUA, iniciou um projeto de atração de capitais estadunidenses aproveitando o movimento global de busca de custos de produção mais baixos por parte dos grandes conglomerados internacionais. Deste modo, através da política das *maquiladoras*, o país viveu um novo processo de industrialização altamente contraditório. Por um lado, esta política possibilitou atrair capitais, gerar empregos e divisas cambiais. Por outro, a industrialização que se viu foi profundamente dependente de importações estrangeiras, o que acabou por gerar, entre os anos de 1988 e 1994, desequilíbrio na balança comercial e crise financeira.

O principal setor econômico que participou da política das *maquiladoras* foi o automobilístico, obtendo a maior quantidade de Investimentos Externos Diretos. Este setor faz parte da nova geração de maquiladoras, aquelas das quais possuem um nível mais elevado de capital intensivo, bem como um maior grau de conexão com a economia nacional, a despeito de continuar com um baixo grau em relação às demais indústrias não-*maquiladoras*.

Desde o início da implementação da política *maquiladora*, tem-se duas características marcantes e relacionadas entre si. A primeira é a forte presença de capitais estadunidenses, devido a proximidade geográfica entre os dois países, o que fez com que muitas empresas optassem por deslocar suas unidades produtivas para o México a procura de baixos custos de produção. A segunda característica é, na realidade, uma consequência da primeira. Como a

maior parte dos IEDs provinham dos EUA, as unidades produtivas naturalmente foram se instalando próximo a fronteira entre os dois países, onde o custo de transporte de mercadorias era menor. Portanto, o desenvolvimento desigual e combinado que se gestou já no período da colonização, geograficamente expresso num desenvolvimento maior das regiões nortistas em relação às sulistas por conta das atividades mineiras, tem uma continuação no século XX com as indústrias *maquiladoras* instaladas na fronteira norte do país.

O terceiro e último aspecto importante apontado foi a formação de um polo automobilístico em Ciudad Juárez, contando com fortíssima participação das “Três Grandes do Automóvel” (General Motors, Ford e Chrysler). Este polo se destaca por conter o primeiro centro de pesquisa e desenvolvimento de autopeças de todo o país, demonstrando um maior capital intensivo, a despeito de seguir com baixo grau de conexão com a economia local. Vinculado ao polo encontra-se também uma ampliação do setor educacional no nível médio-superior terminal e o treinamento de trabalhadores a nível técnico.

REFERÊNCIAS

ANDERSON, Perry. Balanço do neoliberalismo. In: **Pós-neoliberalismo**: as políticas sociais e o Estado democrático. (org.) SADER, Emir. GENTILI, Pablo. Rio de Janeiro : Paz e Terra, 1995.

ARRIETA, Irma Balderas. **Maquiladoras Mexicanas**. Disponível em: <<http://latinoamericana.wiki.br/verbetes/m/maquiladoras-mexicanas>>. Acesso em outubro de 2019.

CARMÍN, Héctor Aguillar. MEYER, Lorenzo. **À Sombra da Revolução Mexicana**: História Mexicana Contemporânea, 1910-1989. Tradução Celso Mauro Paciornik. São Paulo : Editora da Universidade de São Paulo, 2000.

CARRILLO, Jorge. The integration of the mexican automobile industry to the U.S.A.: Between policies and corporate strategies. **Les Actes du GERPISA**. 2000. Disponível em: <<http://gerpisa.org/ancien-gerpisa/actes/28/28-5.pdf>>. Acesso em dezembro de 2019.

CARRILLO, Jorge. MIKER, Martha. A Formação de um Polo Automotivo no Norte do México. In: ABREU, Alice Rangel de Paiva (org.). **Produção flexível e novas institucionalidades na América Latina**. Rio de Janeiro : Editora UFRJ, 2000.

CHAUNU, Pierre. **História da América Latina**. Rio de Janeiro : Ed. Difusão Editorial S. A., 1979.

DONGHI, Halperin. **História da América Latina**. Rio de Janeiro : Editora Paz e Terra, 1974.

FILHO, Sérgio Buarque de Hollanda. **A Crise da Indústria Automobilística Brasileira Sob a Perspectiva da Evolução Mundial do Setor**. v. 23. n° 1. Estudos Econômicos : São Paulo. 1993.

FURTADO, Celso. **A economia latino-americana**. 2. ed. São Paulo : Companhia Editora Nacional, 1978.

FURTADO, Celso. **Economia colonial no Brasil nos séculos XVI e XVII**. São Paulo : Ed. Hucitec Ltda., 2001.

GEREFFI, Gary. Mexico's "Old" and "New" Maquiladora Industries: Contrasting Approaches to North American Integration. In: OTERO, Gerardo (org.) **Neoliberalism Revisited**: Economic Restructuring and Mexico's Political Future, 1996.

HOBSBAWM, Eric. **Viva la revolución**: a era das utopias na América Latina. 1. ed. São Paulo : Companhia das Letras, 2017.

Industria manufacturera, maquiladora y de servicio de exportación. Secretaría de Economía México. Disponível em: <<http://www.2006-2012.economia.gob.mx/comunidad-negocios/industria-y-comercio/instrumentos-de-comercio-exterior/immex>>. Acesso em janeiro de 2020.

Inversión directa de Estados Unidos hacia México. Secretaría de Economía México. Disponível em: <<https://www.gob.mx/cms/uploads/attachment/file/515408/DistribuciondeinversiondeEstadosUnidos2019-3T.pdf>>. Acesso em janeiro de 2020.

JABBOUR, Elias. **China hoje: projeto nacional, desenvolvimento e socialismo de mercado.** 1ª ed. São Paulo : Anita Garibaldi : Fundação Maurício Grabois : EDUEPB, 2012.

LENIN, Vladimir Litch. **Imperialismo, estágio superior do capitalismo: ensaio popular.** 1 ed. São Paulo : Expressão popular, 2012.

MAMIGONIAN, Armen. A geografia e “a formação social como teoria e como método”. In: SOUZA, Maria Adélia Aparecida (org.). **O mundo do cidadão, um cidadão do mundo.** São Paulo : Hucitec, 1996.

MAMIGONIAN, Armen. A América Latina e a economia mundial: notas sobre os casos chileno, mexicano e brasileiro. **Geosul** : Florianópolis, v. 14, n.28, p. 139-151, jul./dez. 1999.

MAMIGONIAN, Armen. Teorias sobre a industrialização brasileira. **Cadernos Geográficos**, Florianópolis: DGC/UFSC, n. 2, 2000.

MAMIGONIAN, Armen. O Mundo no final do século XX e início do século XXI. **Boletim Paulista de Geografia.** v. 100, 2018, p. 173-205.

MARTINEZ, Patricia Eugenia Oliveira. Reestruturação do Estado e a Nova Fronteira no México. In: Globalização e Espaço Latino-americano. CAPUANO, Francisco. SANTOS, Milton. SOUZA, Maria Adélia de. ARROYO, Monica (orgs.). São Paulo : Editora Hucitec, 1993.

MARX, Karl. **Contribuição à crítica da economia política.** 2. ed. São Paulo : Expressão popular, 2008.

MARX, Karl. **O capital: crítica da economia política: livro I: o processo de produção do capital.** 2. ed. São Paulo : Boitempo, 2017.

OLIVEIRA, Francisco de. **Economia brasileira: crítica à razão dualista.** Petrópolis : Vozes Ltda, 1988.

PEREIRA, Raquel Maria Fontes do Amaral. **Da geografia que se ensina à gênese da geografia moderna.** 4º ed. Florianópolis : Ed. da UFSC, 2009.

PEREIRA, Raquel Maria Fontes do Amaral. Formações socioespaciais latinoamericanas: da gênese às rupturas decorrentes do processo de independência, no início do século XIX. In: **Coloquio internacional de geocrítica.** XII. ed. Bogotá, 2012.

PETERS, Enrique Dussel. From export-oriented to import-oriented industrialization: changes in Mexico’s manufacturing sector, 1988-1994. In: OTERO, Gerardo (org.) **Neoliberalism Revisited: Economic Restructuring and Mexico’s Political Future**, 1996.

Programa de la industria manufacturera, maquiladora y de servicios de exportación (IMMEX) - 2007 en adelante. Instituto Nacional de Estadística y Geografía. Disponível em: <<https://www.inegi.org.mx/programas/immex/default.html#Tabulados>>. Acesso em janeiro de 2020.

PUIGGRÓS, Rodolfo. Los modos de producción en iberoamérica. In: **Debate Rodolfo Puiggrós** - André Gunder Frank. Ciudad de México : El Día, 1965.

RAJCHENBERG, Enrique. **México.** Disponível em: <<http://latinoamericana.wiki.br/verbetes/m/mexico>>. Acesso em outubro de 2019.

RANGEL, Ignácio. Prefácio à Edição Brasileira. **Dialética do Subdesenvolvimento.** São Paulo: Editora Paz e Terra, 1968.

RANGEL, Ignácio. Desenvolvimento e projeto (1956). **Obras Reunidas/Ignácio Rangel.** vol. 1. Rio de Janeiro: Ed. Contraponto, 2005.

RANGEL, Ignácio. Dualidade Básica da Economia Brasileira (1957). **Obras Reunidas/Ignácio Rangel.** vol. 1. Rio de Janeiro: Ed. Contraponto, 2005.

RANGEL, Ignácio. Dualidade e escravismo colonial (1978). **Obras Reunidas/Ignácio Rangel.** vol. 2. Rio de Janeiro: Ed. Contraponto, 2005.

RANGEL, Ignácio. História da Dualidade Brasileira (1981). **Obras Reunidas/Ignácio Rangel.** vol. 2. Rio de Janeiro: Ed. Contraponto, 2005.

SANTOS, Milton. Sociedade e Espaço: a formação social como teoria e como método. In: **Espaço e sociedade.** Petrópolis : Vozes, 1979

SANTOS, Milton. **Por uma geografia nova:** da crítica da geografia a uma geografia crítica. 6. ed., São Paulo : Editora da Universidade de São Paulo, 2012.

SANTOS, Milton. **O espaço dividido:** os dois circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos. 2. ed. São Paulo : Editora da Universidade de São Paulo, 2008.

SANTOS, Milton. **Ensaio sobre a Urbanização Latino-americana.** 2. ed. São Paulo : Editora da Universidade de São Paulo, 2010.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço:** técnica e tempo, razão e emoção. 4. ed. São Paulo : Editora da Universidade de São Paulo, 2017.

SEMO, Enrique. **Historia del Capitalismo en México.** Ciudad de México : Ed. Lecturas Mexicanas, 1987.

WULF, Andrea. **A invenção da natureza:** a vida e as descobertas de Alexander Von Humboldt. 1º ed. São Paulo : Planeta, 2016.